

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS – CUP
CURSO DE JORNALISMO

ROZEANE FEITOSA XIMENES SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DE MATÉRIAS NO JORNAL DO
TOCANTINS**

PALMAS/TO

2017

ROZEANE FEITOSA XIMENES SILVA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DE MATÉRIAS NO JORNAL DO
TOCANTINS**

Monografia apresentada ao Curso de
Jornalismo da Universidade Federal do
Tocantins, como requisito parcial para
obtenção de bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Antônio José Pedroso Neto

PALMAS/TO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586v Silva, Rozeane Feitosa Ximenes.
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DE MATÉRIAS NO
JORNAL DO TOCANTINS. / Rozeane Feitosa Ximenes Silva. – Palmas, TO,
2017.

69 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Palmas - Curso de Jornalismo, 2017.

Orientador: Antonio José Pedroso Neto

1. Violência contra a mulher. 2. Culpabilidade. 3. Narrativas. 4. Políticas
Públicas. I. Título

CDD 070

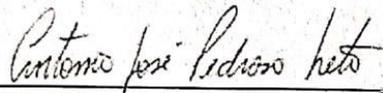
TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

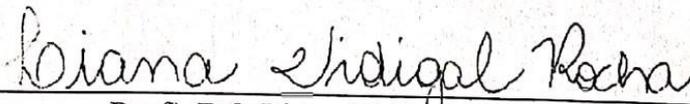
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DE MATÉRIAS DO JORNAL DO TOCANTINS

Monografia apresentada ao Curso de
Jornalismo da Universidade Federal do
Tocantins, como requisito parcial para
obtenção de bacharel em Jornalismo.

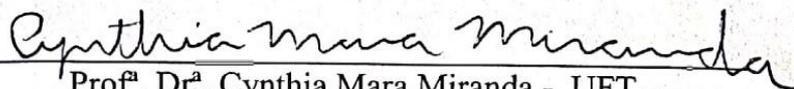
BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr.º Antônio José Pedroso Neto
Orientador



Prof.ª Dr.ª Liana Vidigal Rocha
Examinadora - UFT



Prof.ª Dr.ª Cynthia Mara Miranda - UFT
Examinador - UFT

Palmas, 06 de dezembro de 2017

A minha amada filha Ana.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A minha filha amada Ana Ximenes Feitosa, agradeço por ser minha inspiração.

A minha dedicada mãe Maria do Rosário Torres Feitosa Silva, por me ensinar a bondade e paciência, por ter me incentivado desde criança parando tudo o que estava fazendo para escutar meus ensaios para apresentação de seminários, sei que muitas vezes não entendia nada, mas mesmo assim sempre estava pronta a me ouvir. Ao meu maravilhoso pai José Gomes da Silva, por me incentivar a continuar lutando mesmo quando pra mim estava tudo perdido, mesmo quando a saudade me pedia pra voltar pra casa, me fez perceber que sou forte para conseguir tudo que eu quero com força e determinação. Então eu permaneci e cheguei até aqui.

Aos meus sogros Eva Ribeiro de Sousa e Antonio Ximenes Lopes, não menos importante que meus pais, sou grata pelo apoio, confiança e por terem sido minha base Espiritual.

A minha cunhada Kesia Ximenes de Sousa Freitas, que por sua dedicação aos estudos me incentivar a simplesmente continuar, sou grata por ter passado as várias noites acordada estudando junto comigo.

As minhas irmãs, Bia, Tina, Alaíde, ressalto aqui a importância da Alice.

As minhas irmãs de coração Sandy Iagly Sena Lopes e Samara Rodrigues de Sousa.

Ao meu estimado orientador, Antonio Pedroso, que com sua paciência nas orientações, sempre disposto ajudar tornou possível a conclusão desta monografia.

A minha querida professora Marluce Zacariotte, por sua disponibilidade em ajudar quando precisei.

E por último, mas não menos importante, não poderia deixar de mencionar as contribuições da maravilhosa professora Cynthia Mara Miranda, grata por simplesmente acreditar.

“Há alguns que nasceram com estrelas e outros com mais algumas, e mesmo que você não
queira acreditar, nasci com constelações...”

Frida Kahlo

SILVA, Rozeane Feitosa Ximenes. **Violência contra a mulher: Análise de matérias no Jornal do Tocantins**. 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

RESUMO

Este trabalho consiste na análise da forma como a mulher é retratada em casos de violência contra a mulher nas matérias de janeiro a março de 2017, do Jornal do Tocantins. O objetivo é analisar as abordagens dessas matérias e a construção da notícia sobre a temática. A metodologia adotada baseia-se em pesquisas bibliográficas a respeito do tema, visando auxiliar na avaliação da classificação dos elementos de três tipos de análises proposto: análise de conteúdo, de vozes e análise do problema de pesquisa, sob os pressupostos metodológicos de Análises Categóricas (BARDIN, 1977). Identificamos quais são os assuntos de maior relevância, quais as vozes que mais aparecem nas matérias, e que na construção da narrativa não predomina a atribuição da culpa à mulher pela violência cometida contra ela. Por fim, a pesquisa verifica a importância do jornalista como ator social e da mídia como principal meio para levar ao público debates que conscientizem o combate a esse problema social.

Palavras Chave: Violência contra a mulher. Culpabilidade. Narrativas. Políticas públicas.

SILVA, Rozeane Feitosa Ximenes. Violence against women: Analysis of articles at the Jornal do Tocantins. 2017. 69f. Term Paper (Graduation on Social Communication - Journalism) - Federal University of Tocantins, Palmas, 2017.

ABSTRACT

This paper consists in the analysis of the way that a woman is depicted in news stories from January to March of 2017, in Jornal do Tocantins. The objective is to analyse the approach of these stories and the construction of the news on the matter. The methodology adopted is based on bibliographic research in the subject aiming to evaluate the classification of the elements in three kinds of proposed analysis: content analysis, voice analysis and analysis on the research problem, under the methodology presupposes of categorically (BARDIN, 1977). We identify what are the subjects of more relevance, what are the voices that more show in the interviews, and that in the narrative construction the guilt is not attributed to the women of the violence against her. Finally, the research verifies the importance of the journalist as a social actor and of the media as a means to incentive social debates that conscientize the fight of that social problem.

Key Words: Violence against women. Guilt. Narrative. Public Politics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de conteúdos presentes no Jornalismo Policial	40
Quadro 2 – Descrições das Categorias	55

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Formato da Informação	53
--	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Recorte do Corpus culpabilidade da mulher	63
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Índice de divulgação de matérias	53
Gráfico 2 – Percentual das categorias de Análise de Conteúdo	58
Gráfico 3- Quantitativo de Vozes	59
Gráfico 4 – Percentual da Análise do Problema de Pesquisa	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E TOCANTINS	17
3	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A MÍDIA	24
3.1	Notícia Sensacionalista	34
3.2	Jornalismo Policial	38
4	PRODUÇÃO JORNALÍSTICA	43
4.1	A escolha da Pauta e a Fonte.....	47
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
6	ANÁLISES DA COBERTURA.....	57
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	67

1 - INTRODUÇÃO

O incentivo ao combate da violência contra a mulher através de políticas públicas, tem sido um meio pelo qual as mulheres têm conquistado muitas vitórias. Porém, muito ainda precisa ser trabalhado para que venha diminuir os números de feminicídios no Brasil, onde todos os dias mulheres são assassinadas por seus companheiros e ex-companheiros, simplesmente, em alguns casos, por se opor a opressão masculina. Contudo, o problema desta cultura de violência de gênero é algo bem maior, está impregnado não somente na mente do homem machista e patriarcal. Como também existem muitas mulheres com pensamentos machistas, que conforme suas criações e conhecimentos passados de mãe para filhas, acreditam que o comportamento correto da mulher é se sujeitar ao homem, cabendo a ela aceitar aquilo que lhe é ordenado, aceitar a situação em que vive, mesmo que seja de total sentimento de tristeza, dor e agressões.

A violência doméstica pode acontecer em qualquer família, em qualquer meio social, ou círculo de amizades. E conforme afirma Miranda e Nogueira (2011, p. 125), “A violência contra mulher é um problema que atingi uma grande parcela da população brasileira e espalha por todo seio familiar e social, até porque são mães, esposas, filhas, trabalhadoras”.

Nesse contexto, a mídia tem um grande poder de agente de transformação social, e para ser mais específico, o jornal impresso por ser veículo onde o seu público pode realizar uma leitura mais dinâmica, podendo ler uma matéria quantas vezes desejar, além de ter acesso ao acervo online dos impressos das edições antigas, caso deseje fazer uma pesquisa sobre algum caso.

O tema dessa pesquisa é *Violência contra a mulher: Análise de matérias no Jornal do Tocantins*, e foi escolhido não somente por interesse pessoal em retratar o tema, mas também pela importância em buscar uma reflexão da responsabilidade que o jornalista desempenha durante a construção da narrativa de violência doméstica.

Partindo do problema de pesquisa, o foco principal da pesquisa é como é construída a imagem de uma mulher na narrativa dos fatos quando ela é uma vítima de violência doméstica? De acordo com a problemática da pesquisa, iniciamos as análises a partir da hipótese de que nas matérias a mulher é culpada pela violência praticada contra ela.

Portanto, como objetivo geral, buscamos analisar como a mulher é representada na mídia quando envolvidas em casos de violência doméstica. E o objeto de análise foram as edições de janeiro, fevereiro e março de 2017, publicadas no Jornal do Tocantins. Vale destacar que o jornal tem um acervo completo de suas primeiras edições, até as mais atuais.

Para a realização da pesquisa foram utilizados fichamentos abordando dados de violência contra a mulher e a visibilidade na mídia, questões de sensacionalismo e objetividade na produção jornalística, dos seguintes autores: Miranda (2017), Nogueira (2016), Boudieu (1997), Lourenço (2014), Angrimani (1995), Patias (2006), Schmitz (2011), Romão (2013), Melém (2011), Schmitz (2011), Bardin (1977), entre outros.

Ressaltando a importância de trazer nesta dissertação dados de violência contra a mulher, a forma como a mídia aborda essas ocorrências e como ocorre construção da narrativa desde a preferência da fonte até a escolha da pauta.

A fim de situar uma ordem na construção da pesquisa, visando chegar no resultado proposto, conforme Bardin, foi estabelecido 3 tipos de análises categóricas, as quais foram de grande importância para a conclusão e inferências dessa dissertação (1977). Cada análise realizada de forma individual, utilizando as matérias selecionadas para o corpus da pesquisa.

O jornalista exerce sua função como ator social de transformação, quando desempenha seu papel de forma responsável, não se restringindo apenas a levar a informação, mas levantando discussões na sociedade que estimule o incentivo ao combate de problemas sociais, não somente da violência contra a mulher, mas também o racismo, homofobia devido a gravidade e aumento de mortes enquadrados nesses temas. Desta maneira é de grande relevância levantar narrativas que venham gerar mais conhecimentos e conscientização da responsabilidade social da mídia.

2 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E TOCANTINS

Todos os dias várias mulheres sofrem algum tipo de violência, e segundo Miranda, Veloso dos Santos e Anjos, (2017b) “no Brasil, é possível perceber que poucos casos de homicídio de mulheres ganham repercussão nos meios de comunicação brasileiros”. Mesmo que muitas vezes essas divulgações sejam tratadas de forma deturpadas, deixando de mencionar o termo Femicídio e permanecendo na superficialidade da notícia, sem aprofundamento e segmento do caso.

Mesmo com as grandes lutas e conquistas a cerca do combate à violência contra a mulher, ainda há muito a se fazer para conseguir amenizar ou mesmo solucionar esse grande problema social. E para isso é necessário de muitos debates e conscientização para tirar a imagem que a própria sociedade impregnou nas mulheres, de uma minoria oprimida e subjugada pelo gênero oposto. E, de acordo com Miranda, Veloso dos Santos e Anjos, (2017b):

Apesar de haver muito a ser feito, os avanços no diálogo entre movimentos feministas, especialistas e autoridades têm resultado em políticas públicas que buscam mitigar os efeitos desse tipo de violência, reduzir a ocorrência e proteger as vítimas conforme as leis e acordos de cada nação, além dos tratados internacionais, como as conferências organizadas pela ONU e CEDAW (MIRANDA, VELOSO DOS SANTOS e ANJOS, p. 74, 2017b).

No Brasil esta luta resultou em um marco no ano de 2006, com uma das maiores conquistas nesse embate feminista, foi a instauração da Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto, conhecida como a “Lei Maria da Penha”, na qual visa criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta lei foi abertura para muitas outras medidas protetivas para o gênero, nos quais tem auxiliado no combate a essa prática tão antiquada que é agressão à mulher, não somente física, mas também psicológica e sexual (BRASIL, 2006).

Quando se fala sobre violência contra a mulher, muitos se limitam na agressão física, porém, o problema é bem mais vasto, pois violência contra a mulher enquadra desde a agressão psicológica, como ameaças, agressão sexual como o estupro, até o homicídio feminino. Ressaltando que em 2015, o projeto de Lei nº 13.104, de 9 de Março, na qual tipifica o homicídio como Femicídio incluindo-o no rol de crimes hediondos praticados contra a mulher simplesmente pela condição de seu gênero, quando o crime envolve violência doméstica e familiar, bem como o menosprezo ou discriminação (BRASIL, 2015).

É importante destacar que na pesquisa de Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017b), as autoras fazem uma citação de alguns pontos em comuns neste tipo de crime, considerando-os características importantes para tipificá-lo como feminicídio.

São consideradas características comuns aos casos de feminicídio a ocorrência no lar, o sentimento de propriedade, a rejeição à separação, o histórico de agressão sexual, a vingança contra a mulher e a impunidade. Outro aspecto é a busca de um perfil da vítima, como ferramenta de negação ou naturalização da violência, a crença equivocada da relação do crime a uma classe socioeconômica e a repercussão social de poucos casos (GARCÍA, 2013 apud MIRANDA, VELOSO DOS SANTOS e ANJOS, 2017 p. 87).

Conforme os dados divulgados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) através do Atlas da Violência 2017, mostra que 4.621 mulheres assassinadas em 2015, com uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres, obteve um crescimento de 22% da mortalidade de mulheres negras e uma redução de 7,4% da mortalidade de mulheres não negras (CERQUEIRA, 2017).

Segundo informações divulgadas no site da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 do total de atendimentos registrados em 2015, 10,23% (76.651) corresponderam a relatos de violência, sendo que 50,16% foram de violência física; 30,33%, de violência psicológica; 7,25%, violência moral; 2,10%, violência patrimonial; 4,54%, violência sexual; 5,17%, cárcere privado; e 0,46% referiram-se a tráfico de pessoas. A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 confirmou no site que foram realizadas 749.024 atendimentos em 2015 – uma média de 62.418 por mês e 2.052 por dia -, número 54,40% maior do que o registrado em 2014 (485.105). Ressaltando ainda que desde sua criação em 2005, a Central de Atendimento à Mulher já registrou 4.823.140 atendimentos (SPM, 2017).

Segundo Sousa et. al. (2016), “a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1994, cita nove medidas preventivas em que a mídia pode auxiliar no combate a violência contra a mulher”. E está escrito no artigo 8, na disposição “g”, podemos observar que “estimular os meios de comunicação a elaborar diretrizes adequadas de difusão que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas suas formas e a realçar o respeito à dignidade da mulher (BRASIL, 1994). Apesar da determinação destas diretrizes, sobre a atribuição do importante papel da mídia no combate a violência contra a mulher, ainda existe bastante resistência por parte de alguns meios de comunicação.

Sobre os casos de feminicídio do Brasil, Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017b) afirma que “existem meios de comunicação que concentram o foco no caráter factual

da notícia, fazendo o uso de variáveis sociológicas, como idade, estado civil, e em alguns casos há a busca de motivação do crime no comportamento da vítima, ou seja, uma revitimização da vítima”.

A ampliação da informação na mídia nos diversos meios de comunicação tem proporcionado nas últimas décadas a oportunidade do levantamento de muitos debates a respeito de um dos males que aflige a sociedade desde os tempos mais remotos que se puder imaginar, que é a violência contra a mulher. Mas mesmo sendo uma pauta comum na sociedade atual, ainda existem muitas questões a ser tratada pelos meios de comunicação que veiculam essas matérias, e de acordo com Souza, Oliveira e Carvalho (2016):

Casos de violência contra a mulher são discutidos em vários meios de comunicação, sobretudo na imprensa jornalística onde, historicamente, episódios violentos são relatados por meio de discursos que legitimam a apropriação masculina sobre os corpos femininos e reproduzem, mesmo que de modo velado, a cultura patriarcal vigente no Brasil (SOUZA, OLIVEIRA e CARVALHO, 2016, p. 226).

No ponto de vista de Souza, Oliveira e Carvalho (2016), a contribuição da mídia vai ainda mais além do que a mesma pode imaginar, podendo influenciar positivamente ou negativamente na vida dos envolvidos e do próprio público.

A concepção de que ao mesmo tempo em que os meios de comunicação podem contribuir para que antigas concepções socioculturais sejam modificadas, também podem favorecer a naturalização de uma cultura patriarcalista, na qual o homem tem direito de subjugar a companheira (SOUZA, OLIVEIRA e CARVALHO, 2016, p. 226).

A partir da análise realizada por Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017b), de publicações divulgadas em 12 veículos de comunicação do Estado do Tocantins em 2016, as autoras chegaram a conclusão que mesmo após instauração da Lei nº 13.104 que trata sobre o Femicídio não houve menção deste termo em nenhuma das publicações analisadas, embora esta lei ter entrado em vigor no ano anterior, não houve nenhum avanço no discurso midiático da região.

Violência contra a mulher é uma das pautas que mais são abordadas pelos jornais de todo o Brasil, devido a grande frequência de casos ocorridos. Desta forma, é de grande responsabilidade a maneira na qual é feito o enfoque da notícia, cabendo ao veículo o dever de mostrar o que de fato aconteceu sem tentar amenizar a situação, porém, manter seu compromisso com a verdade.

Contudo é necessário compreender alguns pontos envolvidos na produção da notícia, as ausências de dados e/ou do uso de termos qualificantes no relato desse tipo de crime pode dificultar a conscientização social e formação da opinião pública sobre o tema (MIRANDA, VELOSO DOS SANTOS e ANJOS, 2017b, p. 78).

Uma questão a se levantar sobre o uso do termo Femicídio nas matérias divulgadas no Tocantins, é a importância que o mesmo tem na formação de opinião daqueles que as leem. Para melhor explicar, quando se trata de assassinatos de mulheres por seu companheiro ou ex-companheiro, e não se refere ao Femicídio para redigir a matéria, compromete toda a conscientização social dos fatos. Ressaltando que a maneira superficial em que muitas emissoras tratam os casos de violência contra a mulher, dar espaço para que leitores analisem a conduta da vítima e busquem justificativas pelo qual os agressores ou mesmo assassino tenham cometido tal crime.

A ausência do uso do termo femicídio em notícias que se referem ao homicídio de mulheres, de parentes ou de pessoas do seu convívio atual da vítima, praticados por companheiros ou ex-companheiros, assim como a contextualização da situação em que ocorreu o fato compromete a compreensão social das circunstâncias do acontecimento. Em alguns casos, a carência de precisão permite a tentativa de colocar em julgamento a conduta da vítima, sugerindo uma justificativa do crime, ou mesmo perceber, antes do criminoso, um homem apaixonado (BENAGLIA, 2013 apud MIRANDA, VELOSO DOS SANTOS e ANJOS, 2017b, p. 78).

Para melhor compreender, cabe aqui uma ressalva de um dos detalhes da pesquisa de Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017b):

O texto informa que o casal estaria em processo de separação, que a vítima foi morta com arma de fogo, e que, segundo informações dadas pela polícia, trata-se de um 'crime passionnal'. Na matéria, ao adotar o uso da expressão 'passional', para motivação de um caso de femicídio, o veículo recorre à polícia militar como definidores primários 16 da notícia. Dessa maneira, além de não trazer o termo qualificante para um homicídio feminino qualificado, a atribuição de legitimidade do discurso jornalístico se dá pela fala institucional da polícia. Ademais, como o discurso midiático é um elemento que compõem a narrativa acerca da realidade, uma vez publicada, a notícia assume um status de verdade (MIRANDA, VELOSO DOS SANTOS e ANJOS, 2017b, p. 79).

Portanto, como os meios de comunicação de massa têm um forte poder formador de opinião, a maneira na qual são escolhidos os termos para composição da matéria, são de suma importância para que o que está sendo divulgado venha despertar no público um senso de mudança ou venha se tornar apenas mais um caso de femicídio entre as estatísticas. Ou seja, a narrativa determina a interpretação e a veracidade dos fatos.

Não sendo neutra o que se espera é que seja compreendida a importância do exercício da comunicação e do envolvimento de todos os setores com os mecanismos de combate ao femicídio e a sensação de impunidade do autor do crime. (MIRANDA, VELOSO DOS SANTOS e ANJOS, 2017b, p. 80).

Segundo informações divulgadas pelo IPEA (2017), muitos desses casos poderiam ter sido evitados, pois antes de chegar ao Femicídio, geralmente a mulher passa primeiro por todo um processo de agressão, como violência psicológica, física e até mesmo sexual. Pois existem muitos meios amparam as mulheres nesses casos, como a Lei Maria da

Penha, Disk 180, Delegacia da Mulher, dentre outras instituições. Mas as pessoas precisam ter noção da gravidade do assunto e da existência do Femicídio.

Os dados apresentados revelam um quadro grave, e indicam também que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Em inúmeros casos, até chegar a ser vítima de uma violência fatal, essa mulher é vítima de uma série de outras violências de gênero, como bem especifica a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). A violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, em um movimento de agravamento crescente, muitas vezes, antecede o desfecho fatal (CERQUEIRA, 2017, p. 37).

No Tocantins, segundo a análise de Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017b), percebe-se uma grande superficialidade dos fatos nos casos de feminicídio. As notícias que trata deste tipo de violência, não aprofundam as informações, para enriquecer a matéria com detalhes importantes, não buscam veracidade em depoimentos de testemunhas, pelo contrário, procura traçar um perfil da vítima, seu comportamento, suas condutas, justificativas no comportamento do agressor. Sem falar da menção sobre a opinião da polícia, em que um dos crimes analisados tratava-se “crime passional”, ou seja, um crime cometido por paixão.

Vale ressaltar a questão da negação da cultura de violência acometida nas mulheres motivadas apenas por seu gênero, ou para mostrar a superioridade e força masculina sobre a mulher. Advertindo Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017), apontam que:

Ainda nesse sentido de negação da realidade da cultura sobre a violência contra a mulher, alguns aspectos são sutis, mas interferem na compreensão do contexto da notícia. E, às vezes, apenas são percebidos quando se reserva atenção para a reflexão da mensagem. Partindo dessa proposição, a narrativa reafirma o seu papel de mecanismo ativo da sensibilização social e de contribuição da mudança cultural necessária à erradicação do feminicídio (MIRANDA, VELOSO DOS SANTOS e ANJOS, 2017b, p. 82).

Sob uma perspectiva ética, Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017b) entendem que as produções jornalistas da mídia tocantinense ainda precisa ter uma grande melhoria nos conceitos de produção e divulgação para que aquilo que está sendo publicado venha impelir o combate ao crime através da sua própria escrita. “O posicionamento firme do veículo de comunicação analisado, voltado para o interesse social de combate ao crime, com o uso do termo feminicídio e da contextualização dos fatos, ainda demonstra carência no amadurecimento crítico para abordagem do tema nas produções jornalísticas”, completa Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017b, p 83).

Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017b) destaca que no processo de contextualização dos fatos, a falta de profundidade e do uso incorreto da narrativa, resulta na falta relação dos crimes cometidos com o termo feminicídio. O jornalista aborda a notícia de tal maneira que não recebe uma maior visibilidade, buscando justificativas ou mesmo condições externas, como por exemplo, o agressor estava sob influência do álcool, a vítima

atacou primeiro; o que de certa forma acaba banalizando, pois o que passa ao público é que o acontecido foi apenas mais um assassinato de uma mulher, não dando importância para a gravidade do aumento deste tipo de crime.

Na abordagem de notícias de homicídio feminino, como visto nas narrativas analisadas, a produção de estereótipos pode surgir na busca por termos sinônimos para motivação e qualificação do crime, como da tentativa de criação de perfil de vítima, suspeito e localização, entre outras informações que contextualizam os casos (MIRANDA, VELOSO DOS SANTOS e ANJOS, 2017b, p 86).

Segundo Miranda, Veloso dos Santos e Anjos (2017b), que conforme for a frequência de narrativas a respeito de um determinado tema, pode gerar no público uma sensibilidade para perceber a gravidade do assunto, incitando uma sensação de desconforto resultando em exigências por mudanças, porém, isto depende muito da maneira em que o jornalista leva o discurso midiático.

Considerando que a opinião pública se forma a partir do acesso à informação e da frequência do diálogo em torno de um tema, sendo esses fatores essenciais para a sensibilização social, as estratégias de redução da gravidade do crime no discurso atuam na contramão do combate à impunidade e redução dos índices do feminicídio (MIRANDA, VELOSO DOS SANTOS e ANJOS, 2017b, p 87).

Outro ponto levantado no Atlas da Violência 2017 é a importância de tentar prevenir esses casos de violência que acabam resultando em morte, através do aperfeiçoamento no atendimento destas mulheres. Ressalta ainda que embora as denúncias sejam muito importantes para ajudar estas mulheres, o IPEA, mostra que muitos desses problemas podem ser evitados, pois algumas mulheres procuram a polícia, o disk 180, quando já não suporta mais, porém, o primeiro departamento que procuram é o da saúde, os como postos, Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

A ampliação e o aprimoramento da rede de atendimento à mulher são fundamentais não apenas para o melhor acompanhamento das vítimas, mas também pelo seu papel na prevenção da violência contra a mulher. Um ponto importante a ser enfatizado é a necessidade de que essa rede possa ser acessada pelo sistema de saúde e não apenas pelo sistema de justiça criminal. Muitas mulheres passam várias vezes pelo sistema de saúde antes de chegarem a uma delegacia ou a um juizado, e muitas nunca nem chegam (CERQUEIRA, 2017, p. 38).

E conforme afirma Nogueira e Miranda (2017c), a busca da igualdade de gênero, mesmo com as conquistas nas quais as mulheres tem ocupado o seu espaço no mercado de trabalho, os dados relacionados à violência contra elas também aumentam e preocupam, ressaltam.

É comum pensar que violência contra a mulher ocorre apenas quando homem agride uma mulher, porém, qualquer mulher que sofre agressão por pessoas com a qual tenha algum tipo de laço afetivo, não importando o seu gênero, se enquadra nesse problema social. Muitas mães acabam assumindo a culpa pelas agressões para protegerem seus filhos, por este motivo há poucas denúncias e conseqüentemente poucas discussões a respeito. É importante frisar que mesmo esse tipo de agressões partindo de filhos ou filhas se enquadram na Lei Maria da Penha, havendo denúncias, podem ocorrer medidas protetivas contra os filhos e até mesmo prisões.

3 - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E MÍDIA

Os casos de violência contra a mulher a cada dia vêm ganhando mais espaço na mídia brasileira, neste sentido Miranda (2017a), afirma que “a violência, em geral, apresenta valor notícia porque reúne características capazes de atrair a atenção do público: comove, choca, revolta, assusta”. Mas conforme for a abordagem do jornalista, toda esta visibilidade pode se tornar algo negativo, podendo agravar ainda mais essa condição.

Todavia, o que determina se um fato se tornará uma pauta de um jornal é o seu valor-notícia, e conforme afirma Nogueira e Miranda (2017c).

Ao considerar os altos índices de violência contra a mulher que o Brasil possui e a forma como afeta a sociedade, estima-se que esta seja uma pauta que os meios de comunicação se interessem, devido ao seu valor-notícia, que se constitui a partir de conceitos subjetivos por meio dos quais os editores avaliam o que será ou não veiculado naquele meio de comunicação (NOGUEIRA e MIRANDA, 2017c, p. 126).

Como a comunicação midiática é o principal meio pelo qual as pessoas tomam conhecimento dos vários casos de violência contra a mulher, incumbindo uma grande responsabilidade ao jornalista que registra esses casos, principalmente aqueles em que resulta em morte.

Segundo Moreno (2012), é por intermédio exclusivo e predominante dos meios de comunicação que grande parte da população toma conhecimento da violência, logo, percebe-se a importância de refletir sobre o tratamento que é dado à violência nos meios de comunicação (MORENO 2012, apud NOGUEIRA e PORTO JUNIOR, 2016, p. 157).

Já segundo Miranda (2017a), para obter realmente algum êxito social, a mídia precisa ir além da divulgação de dados factuais sobre agressões, estupro, feminicídios, mas de certa forma exercer um papel pedagógico na sociedade, enfocando nas matérias redigidas que violência contra a mulher é sim um problema social no Brasil, mostrando os meios pelos quais pode-se combater este mal, quebrando estereótipos construídos e repassados de gerações a gerações de que “a mulher é culpada pela agressão que ela sofre, seja pela suas escolhas, comportamentos e atitudes.

Ao favorecer publicidade midiática de um caso concreto de violência contra a mulher, a mídia poderia exercer um papel pedagógico exercido para busca da igualdade entre os gêneros se ampliasse o enfoque da notícia com um tratamento informativo aprofundado que colocasse a violência contra a mulher como um problema social que precisa do envolvimento de toda a sociedade para ser combatida. O usual, em muitas situações, não é apenas um relato factual da violência contra a mulher, mas é todo um uso de palavras que esconde a

perversidade dos crimes. Ao mesmo tempo em que a mídia reforça estereótipos como “culpabilização da violência” ao construir narrativas que atribuem a causa do estupro ao comportamento da vítima, a mídia poderia construir narrativas que enfatizem a culpa do agressor, a sua punição e os caminhos para combater tal prática no âmbito da justiça e das políticas públicas (MIRANDA, 2017a, p. 451).

Outro ponto levantado por Nogueira e Porto Junior (2016) é o fato de que muitos desses casos de violência têm a proteção da própria família, que com um pensamento passado de geração a geração, entende que a mulher deve ser sujeita a todos os tipos de tratamento pelo homem, que o mesmo é superior, e tem o direito de agir da maneira que age, e ainda compete a mulher aceitar e perdoar e ainda conviver com tal agressor, pois em casos de casamentos, se houver separação, a mesma é considerada culpada pelo divórcio.

Assim, a manutenção da lógica familista alia-se aos motivos aparentemente desencadeadores da violência e que são sempre frequentes nas conciliações dos conflitos domésticos e intrafamiliar, cabendo à mulher: reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar-se da independência econômica (mulher em processo de ascensão social), aceitar a violência como expressão de ciúmes, entre outros (BANDEIRA, 2014, p.457apud NOGUEIRA e PORTO JUNIOR, 2016, p. 166).

Contudo, conforme explica Nogueira e Porto Junior (2016), essa relação de desigualdade de sexo, sendo um dominante e opressor e o outro subjogado e oprimido, é um pensamento alocado na mente das famílias ao longo da história, tornando desta maneira algo natural na sociedade.

A partir dessas relações estabelecidas entre homens e mulheres é possível perceber como as desigualdades são construídas ao longo da história, numa relação dominante, de exploração e de sobreposição dos homens sobre as mulheres. Pode-se dizer que os valores que fazem parte do imaginário social dão fundamento às hierarquias de poder entre os sexos, fazendo com que essa relação de dominação esteja presente nos mais variados espaços sociais. Assim, embora seja construída socialmente, a identidade social tanto do homem quanto da mulher, acabam sendo naturalizadas pela sociedade (NOGUEIRA e PORTO JUNIOR, 2016, p. 166).

Nogueira e Porto Junior (2016, p. 170) afirmam que “Mesmo liderando as notícias sobre violência contra mulher, publicadas nos jornais impressos brasileiros, contabilizando 1.506 textos, essas matérias deixavam a desejar na qualidade do que era noticiado, no que se refere à abrangência de conteúdo e ao aprofundamento investigativo”.

Segundo dados da ANDI – Comunicação e Direitos e o Instituto Patrícia Galvão, foi constatado que o assunto que mais atrai o interesse da imprensa é a violência contra as mulheres, representando 63,30% dos textos jornalísticos clipados para o estudo, em relação aos outros dois temas monitorados: poder político e decisão com 17,80%, e trabalho (renda e ocupação) com 18,90%. Os dados são de 2010, quando em pesquisa sobre o assunto foram monitorados 16 jornais diários, em todo país, com filtro de 2.381 notícias com foco na mulher. (ANDI, apud NOGUEIRA e PORTO JUNIOR, 2016, p. 170).

Com esse problema social que o Brasil enfrenta, Nogueira e Porto Junior (2016) asseguram que, a mídia brasileira poderia ir muito além de informar, mas contribuir para um avanço social.

Ora, nesse contexto social de violência de gênero, na qual padecem milhões de mulheres, no Brasil, a mídia poderia ajudar a transformar o cenário, indo além do papel de informar sobre o tema, e estimulando a discussão, com notícias, investigações e interpretações éticas e corroboradas em dados. A mídia é um importante ator social, constituindo-se como um espaço de visibilização de temas, fatos, pessoas. De posse do poder que lhe é conferido, o jornalismo, por exemplo, tem o poder de selecionar e hierarquizar questões, momento em que além de definir urgências e prioridades, pode canalizar demandas e ser um braço social na cobrança por respostas dos poderes constituídos (NOGUEIRA e PORTO JUNIOR, 2016, p. 171).

Nesse sentido Miranda (2017a), concorda que os meios de comunicação tem sim o poder de fazer contribuições para a sociedade que poderiam sim resultar em uma melhora dos dados estatísticos de combate a violência de gênero, todavia, também tem o poder destrutivo de aumentar ainda mais os casos, tudo depende muito de sua narrativa, escolha dos termos e aprofundamento dos fatos.

Ao retratarem a sociedade, os meios de comunicação pautam discussões, reforçam e também estabelecem padrões. A violência contra a mulher é amplamente abordada pelos meios de comunicação brasileiros, mas é preciso questionar se a cobertura do tema combate ou perpetua a violência contra a mulher na medida em que, ao torná-la midiática, ela tende a tomar dimensão espetacularizada e sensacionalista (MIRANDA, 2017a, p 04).

Como os jornais são os meios pelo qual se chega ao público em maior escala, e que os mesmos, segundo a Teoria da Agenda Setting, pautam as conversas do dia, então conforme Nogueira e Miranda (2017c), é através da mídia de que pode-se debater e problematizar a pauta de violência contra a mulher, em busca de soluções desse problema que assola grande parte da população brasileira.

Ao levarem conta que, segundo as Teorias do Agendamento, elaboradas por McCombs e Shaw (SHAW apud WOLF, 2001), os meios de comunicação têm a capacidade de inserir temas que serão objeto de discussão na agenda pública, pautando assim nosso dia a dia, as nossas rodas de conversa, espera-se que a partir do tratamento dado às notícias sobre a pauta da violência contra a mulher seja possível avançar nesse debate para a busca de soluções para o problema, por meio de um debate público consistente (NOGUEIRA e MIRANDA, 2017c, p. 127).

Souza, Oliveira e Carvalho (2016) realizaram uma pesquisa sobre a violência contra a mulher em um jornal goiano “O Popular”, na qual afirmam esta questão do aprofundamento da notícia, como essa questão pode ser muito importante na visão que o público terá do crime. Sobre esta pesquisa cabe ressaltar a análise:

A maioria das matérias (57%) noticiava casos em que o agressor tinha proximidade com a vítima. Além disto, foi possível constatar que a maior parte das vítimas e dos agressores noticiados eram adultos, com idades entre 19 e 39 anos. Em contrapartida, foi alto o índice de matérias que não identificava a idade da vítima ou do agressor, o que pode comprometer o entendimento das circunstâncias em que o caso ocorreu. Deste modo, é relevante empreender se tal escassez remete à falta de zelo pelas informações na abordagem do assunto. No que tange ao discurso adotado pelo jornal, observou-se a utilização de elementos externos, como o uso de álcool e drogas ilícitas, bem como do fator ciúme, como justificativa para o crime cometido. Também foram inúmeros os trechos que evidenciaram um discurso que culpabilizava a vítima e ocultava a responsabilidade do agressor (SOUZA, OLIVEIRA e CARVALHO, 2016, p. 236).

Miranda (2017a), levanta uma questão muito importante, que pode mudar todo um rumo de uma história, transformando a vítima em culpada apenas com o uso de um termo ou dando enfoque que deixa subentendido que aquelas informações sejam justificativas do agressor pelo seu ato, se configurando em uma violência de gênero midiática, na qual o jornalista induz o público a julgar os fatos, sem levar em consideração que vítima é aquela que é agredida, vítima é aquela que morre. Miranda (2017a), faz uma ressalva com exemplos de violência de gênero midiática:

Ao abordar a morte de Eloá e Eliza como resultado de crime passionai, ao dar destaque desnecessário às antigas atividades profissionais de Eliza (profissional do sexo e atriz pornô), a mídia deixou de explorar a causa das mortes, o feminicídio. Ao explorar o histórico da garota sobrevivente do estupro coletivo no Rio de Janeiro como usuária de drogas e mãe “solteira”, a mídia induziu o julgamento social dela como sendo a culpada pelo estupro coletivo. (MIRANDA, 2017a, p. 08).

É importante ressaltar que segundo a pesquisa de Souza, Oliveira e Carvalho (2016), os dados evidenciaram, na posição midiática a mulher é responsável pelo crime que ela sofre, e que conforme a narrativa dos jornalistas, o homem é inocentado pelo ato, pois são reveladas informações de elementos externos que tentam justificar suas ações, como álcool, drogas, ciúmes, traição, dentre outros.

Os dados evidenciam que muitas vezes a culpa das agressões é atribuída à mulher ou à suas atitudes, retirando a responsabilidade do agressor pelos seus atos. Deste modo, percebe-se que no período temporal analisado o jornal publicou matérias que disseminavam tal visão, utilizando palavras ou frases que apresentam essa inversão de culpa. Em suma, seu posicionamento reproduz a concepção de que, dependendo das circunstâncias, ou seja, do modo como a mulher age ou se aparenta, o homem não é responsável pela violência que comete (SOUZA, OLIVEIRA E CARVALHO, 2016, p. 235).

Para Urrutia (2010 apud MIRANDA 2017a, p. 11), “a violência de gênero midiática é aquela produzida pelos meios massivos de comunicação através de publicações, difusão de mensagens e imagens que promovem a exploração de mulheres e suas imagens, ou que injurie, difame, discrimine, desonre, humilhe ou atente contra a dignidade delas”. Miranda (2017a), afirma que a violência midiática pode ser qualquer exploração de um caso

de violência contra a mulher de forma que transmita a mensagem de naturalização da violência, justificando o agressor pelos seus atos, ou mesmo frisando pontos e incite a desigualdade e exploração feminina.

Na visão de Souza, Oliveira e Carvalho (2016, p. 225), os meios de comunicação são um excelente meio pelo qual pode-se combater a cultura de violência contra a mulher, mas todavia, da mesma maneira que pode combater, pode também disseminar e apoiar a violência contra a mulher, mesmo que implicitamente.

Parte-se da concepção de que ao mesmo tempo em que os meios de comunicação podem contribuir para que antigas concepções socioculturais sejam modificadas, também podem favorecer a naturalização de uma cultura patriarcalista, na qual o homem tem direito de subjugar a companheira (SOUZA, OLIVEIRA e CARVALHO, 2016, p. 225).

Como a violência contra a mulher tem amparo por um pensamento primitivo construído ao longo dos anos, implicando numa comunidade machista e patriarcal com o pensamento de que toda mulher é inferior ao homem, e que neste sentido deve ser submissa às suas vontades, desejos e opiniões, quando em algum momento tentam transformar esse costume em algo mais igualitário, muitos homens tornam-se agressores simplesmente por algo não está de acordo com sua vontade. Diante disto, Nogueira e Porto Junior (2016, p. 164) ressalta que “a violência praticada contra as mulheres ampara-se na construção machista e patriarcal da nossa sociedade, que coloca a mulher em posição de inferioridade em relação ao homem”. Contudo, Miranda (2017^a, p. 452) afirma que “vivemos em um tempo de masculinidades adoecidas: o agressor tem sua vida precarizada, nutre um sentimento de posse dos corpos femininos e utiliza a violência para constituir-se como potente”. E ressalta também a questão que esses pensamentos machistas é algo que vem sendo implantado na mente das pessoas desde a infância e é repassado de pai para filho, de família para família.

Desde cedo os meninos são educados para corresponder aos mandatos de masculinidades que lhes são impostos, são confrontados em vários momentos de suas vidas com situações em que são cobrados a exhibir força física, incentivado nas brincadeiras, nos esportes culminando em brigas por motivos torpes. Os meninos que não se enquadram nos mandatos de masculinidades que lhes são impostos também se tornam vítimas ao longo de suas vidas (MIRANDA, 2017^a, p. 452).

Souza, Oliveira e Carvalho, (2016), concordam que a violência contra a mulher foi naturalizada há muitos anos, e que este problema vem sendo passado de geração a geração, de modo a ensinar que o homem, é o provedor e a mulher é submissa a ele.

É sabido que a violência contra mulher é fenômeno remoto na história da humanidade e que as representações de dominação masculina, tão fortes na atualidade, são heranças de concepções vigentes há muitas décadas. As concepções de violência contra a mulher no contexto atual estão interligadas a uma herança

cultural, em que conceitos cristalizados de dominação masculina foram passados de geração em geração (SOUZA, OLIVEIRA e CARVALHO, 2016, p. 226).

Miranda (2017a) aponta ainda em sua pesquisa que existem diferenças na construção das narrativas dos casos de violência sofrida por mulheres famosas, pois a mídia através da narrativa transforma os fatos em uma novela acompanhada por muitos telespectadores.

Quando os casos de violência contra a mulher envolvem celebridades, outros elementos tendem a ser acrescentados na construção das narrativas para que estas se transformem em grandes novelas capazes de provocar efeitos de sentidos variados nos telespectadores e telespectadoras (comoção, raiva, indignação etc.). Ambas as formas mulher, seja no mundo real ou no mundo das celebridades, são inadequadas e não contribuem para a sua eliminação nas sociedades (MIRANDA, 2017a, p. 454).

Apenas trazer os fatos de uma maneira factual e superficial, não faz da mídia um meio de responsabilidade social para com a sociedade, porém, conforme for sua narrativa, a divulgação de uma simples matéria pode fazer toda uma diferença na sociedade. Como afirma Miranda (2017, p. 50) a “presença de uma notícia em vários veículos de comunicação não permite avaliar a responsabilidade social da mídia na produção de notícias sobre a violência contra a mulher se a maioria dessas notícias se restringir à descrição factual e pouco problematizada do assunto”.

Para Miranda (2017a), a problematização do assunto violência contra a mulher na construção de uma narrativa na mídia é que pode resultar numa responsabilidade social de combate à violência. Tratando de maneira estratégica pontos que venham gerar debates na sociedade, nos meios de comunicação, através das redes sociais, gerando campanhas de conscientização a “não violência”.

Para contrapor esse tipo de cobertura jornalística que não problematiza a violência contra a mulher, a mobilização social via redes sociais emerge no contexto atual como uma estratégia para promover o tensionamento por uma comunicação na perspectiva de igualdade entre os gêneros. Mesmo diante de um cenário onde o monopólio das comunicações, impera no país atuações pontuais criadas por meio de campanhas, protestos e mobilização via redes sociais têm forçado empresas de comunicação a dar uma resposta imediata para a opinião pública. (MIRANDA, 2017a, p. 455).

Cabe ressaltar que, devido uma cobertura de massa, e protestos e campanhas por parte de famosos ganha maior repercussão na mídia, obrigando a resolução imediata, com a tomada de precauções e punições do agressor, através da pressão social, a se retratar publicamente, ou levar a questão a ser julgada perante juiz, como afirma Miranda (2017). Mesmo com a possibilidade de ser inocentado pelo mesmo com uma atitude machista, como tem ocorrido em muitos casos de denúncias de violência doméstica. Porém o que deve ser

levado em consideração é o fato de que essas respostas são de cunho individual, não fazendo do tema violência algo que ser tratado e combatido. Mesmo as campanhas desses casos específicos terem ampla divulgação e conhecimento por parte dos cidadãos, não tem alcance o suficiente para auxiliar uma dona de casa que sofre agressões por ser marido, ou mesmo uma mãe de família ser assassinada por seu ex companheiro, por exemplo.

As situações acima relatadas motivaram uma atuação intensa das mulheres nas redes sociais e demonstraram a força da opinião pública para provocar respostas imediatas nos meios de comunicação até mesmo em emissoras como a Rede Globo, que detém o monopólio das comunicações no país. As respostas pontuais formalizadas por pronunciamentos oficiais, apoio a campanha de atrizes, afastamento do ator, expulsão de participante de programa e pedido de desculpa do apresentador de programa podem ser consideradas resultado da pressão social. Porém, as respostas ficaram restritas aos casos em si e não fizeram com que o tema violência contra a mulher fosse devidamente problematizado nos vários produtos midiáticos ofertados pela emissora para a população brasileira e nem mesmo motivaram que a empresa de comunicação repensasse suas práticas, seus conteúdos ou produzisse um manual de conduta para lidar com situações como essas (MIRANDA, 2017a, p. 459).

Miranda (2017a), cita o exemplo do caso Marcos Harter participante expulso do programa da Rede Globo, o BIG Brother Brasil 17, o qual cometeu agressões física e psicológica contra a participante Emilly Araújo, na ocasião foram levantadas várias campanhas de apoio a Emilly, e solicitando a expulsão imediata de Marcos. A Rede Globo devido a pressão social acabou expulsando-o. Mas em contrapartida, a TV Record, convidou Marcos para participar de seu reality “A Fazenda”, deixando claro que a tv aberta brasileira, não dar ênfase às questões de violência de gênero, e que o ocorrido na Globo, foi apenas resposta às várias críticas, que se não tivesse acontecido, ele não teria sido expulso. Assim como afirma Miranda (2017a, p. 460) em sua análise, que “a rede de televisão aberta brasileira não está disposta a repensar seus conteúdos sobre violência contra a mulher, a menos que haja intensa mobilização social para que essas mudanças aconteçam de forma profunda e não apenas pontual”. É importante ressaltar que Marcos Harter possui milhares de fãs, a maioria mulheres, que brigam, discutem e se xingam na internet em defesa dele.

Miranda (2017a) destaca ainda que os meios de comunicação não deve se restringir a combater a violência contra a mulher apenas em casos específicos, ou datas comemorativas. Pois bem além de agressões a celebridades existem uma quantidade de mulheres que sofrem violência todos os dias, mas que não tem visibilidade na mídia, continua na mesma situação ou ainda tem sua vida ceifada por falta de apoio.

Contudo, o envolvimento dos meios de comunicação na sensibilização sobre o tema é fundamental e não deve ficar restrito a datas comemorativas como o Dia Internacional de Combate à Violência contra Mulher ou a própria data do aniversário da lei. Ao aliar aos relatos de casos de violência contra a mulher

informações mais aprofundadas, dados estatísticos da violência e sobre políticas públicas de combate, por exemplo, os meios de comunicação estarão atuando para a popularização da lei (MIRANDA, 2017a, p. 461).

Outra questão levantada por Miranda (2017a) é a forma de mercado com que as empresas midiáticas publicitárias tratam o corpo da mulher como objeto de consumo sexual, sendo esta também uma forma de praticar a violência contra a mulher, incentivando a prática do abuso sexual e estupro. Conforme ressalta Miranda (2017, p. 454) “mercantilizar o corpo das mulheres, transformando-os em objeto sexual disponível a qualquer momento também é uma forma de disseminar a violência contra a mulher e a mídia tem grande papel nessa violação de direitos”.

Esse tema também entra na pesquisa de Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014, p. 04), quando é afirmado que a “objetificação” do corpo feminino, pode acarretar em desrespeito, humilhações, agressões e abusos sexuais, isso sem gerar um mínimo de desconforto por parte de quem as pratica, pois os mesmo se acham na razão de praticar tal ato.

A “objetificação” do público feminino pode tornar o corpo feminino suscetível a desrespeito por parte de alguém, sem que isso pareça errado. É comum até mesmo a violência física sexual por parte do público masculino para com as mulheres. Sabe-se que os transportes públicos brasileiros vivem lotados, mas não se sabe que o público feminino é o que mais sofre com isso. Existem homens que se aproveitam desses momentos para tirar certa vantagem do corpo feminino, que passa a ser, literalmente, um objeto em que se passa a mão ou usa quando dá vontade (LOURENÇO, ARTEMENKO e BRAGAGLIA 2014, p. 04).

Para Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014, p. 4) o termo estereótipos “trata-se de crenças amplamente compartilhadas sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas, que se referem não uma visão sobre elas em particular, mas ao que é julgado mais similar ou repetido no grupo ao qual elas pertencem”. Para tanto o uso deste termo é utilizado para justificar e induzir as pessoas a um pensamento deturpado, influenciando assim a formar opiniões de várias pessoas.

Um outro termo que está interligado com o estereótipos, é a “objetificação”, geralmente os dois vem juntos num texto, pois são utilizados para retrata problemas sociais nos quais envolvem a desvalorização da mulher, trazendo sérios riscos para sua vida. Conforme afirma Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014, p. 05), “termo objetificação consiste em analisar alguém no nível de um objeto, sem considerar seus atributos emocionais e psicológicos”.

Segundo Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014), tratar a mulher como um objeto, ou com inferioridade na mídia não é algo atual, se refere a um problema antigo, a

diferença é que antigamente era exposto de forma grotesca e hoje em dia se tornou mais sutil, pois do contrário logo tem censura, devido grupo feministas de luta pelos direitos e defesas da mulher.

Nos tempos atuais, os meios de comunicação tem contribuído para perpetuar estereótipos do século passado. Algumas campanhas de anos atrás também mostram explicitamente como as mulheres são consideradas submissas aos homens. Nelas, a mulher é literalmente posta ao chão, como um objeto do homem. Um anúncio de gravatas da marca Van Heusen, por exemplo, da década de 50, mostra uma mulher ajoelhada em frente ao homem e apresenta o título “Mostre a ela que o mundo é dos homens”. Enfim, é possível interpretar que a mulher aparece como submissa ao homem inclusive quando não há um nexos imediato para que sua figura seja utilizada (LOURENÇO, ARTEMENKO e BRAGAGLIA. 2014, p. 05).

Questões de racismo também são levadas em conta quando se trata da imagem da mulher na mídia. Segundo Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014) a mulher negra sofre preconceito, e é mostrada como uma mulher reprimida e diretamente ligada aos afazeres domésticos, em ambos os fatos, está ali para obedecer a ordens. Cabe aqui fazer uma ressalva, de que os casos de violência contra as mulheres negras são sempre maior do que nas mulheres não brancas.

Assim como o negro sofreu e sofre ainda com o preconceito em relação a sua cor de pele, a mulher também arca ainda com esse tipo de olhar, brancas e negras são frequentemente retratadas em propagandas como um alguém ávido por consumir ou ainda como uma dona de casa que sonha em cuidar de um marido e filhos sem qualquer vontade de garantir a sua independência (LOURENÇO, ARTEMENKO e BRAGAGLIA, 2014, p. 07).

Contudo, conforme Lourenço, Artemenko e Bragaglia (2014), a objetificação do corpo feminino é apenas o leque que abre espaço para o grande problema brasileiro de violência contra a mulher.

É inegável que a submissão e a “objetificação” do público feminino se traduziram em efeitos nocivos à sobrevivência igualitária entre os gêneros. O principal combustível dessa estereotipização é não enxergar que o corpo e o ser femininos são dignos de respeito, assim como o homem. Todos deveriam – ao invés de ignorar – dar prioridade à questão da violência contra o público feminino e, enfim, perceber que qualquer tipo de violação sexual é injustificável, independente do horário em que se está na rua ou da roupa que se usa. Um órgão sexual não garante força a ninguém – ou a falta dele – e não é critério para designar respeito ou não (LOURENÇO, ARTEMENKO e BRAGAGLIA, 2014, p. 13).

Segundo Nogueira e Miranda (2017c, p, 125) ressaltam, “a mídia é um importante ator social quando desempenha seu papel, que não é restrito ao ato e informar à sociedade, mas que avança pelo estímulo à discussão de temas e espaço de visibilidade, sobre questões que demandam maior debate no âmbito da esfera pública”. Mas acontece que muitas divulgações de violência contra a mulher vêm acarretadas de informações chulas, e quando

não é o caso, acabam transformando em novela um assunto serio, sendo tratado de forma sensacionalista, vitimizand o ainda mais a vitima.

Na pesquisa que as autoras analisam, abordam relatos de matérias divulgadas no “Jornal do Tocantins”, e mostram que mesmo nas matérias divulgadas se tratando do espaço que a mulher conquistou na sociedade, como composição de diagramação ainda contém itens que são associados ao gênero feminino, dando dicas de como empreender. Nogueira e Miranda, afirma ainda a contradição na matéria, tendo em vista, que a mesma se tratava do espaço da mulher em desenvolver atividades masculinas.

A reportagem de capa da edição nº 6703, do dia 8 de março, trazia o seguinte enunciado. “Olha elas e... a paixão de Raimunda pelo volante, o charme de Sonaira como bombeiro, a alegria de Consuelo como taxista, e a garra de Rainsara como policial!”, dentro do diário, o título da notícia era “Mulheres estão cada vez mais fortes” (NOGUEIRA e MIRANDA, 2017c, p. 136).

Na sequencia relata que:

Chama atenção ainda a diagramação da matéria, que além das fotos das mulheres caracterizando seus trabalhos, traz um fundo azul e elementos como batom, salto, flor e bolsa. Além disso, no Box que traz dicas para as mulheres empreendedoras, ao citar os ramos de negócios, as sugestões são cosméticos, alimentos, eventos e moda, é contraditório quando se tem na matéria principal o incentivo às mulheres apostarem em profissões “masculinas” (NOGUEIRA e MIRANDA, 2017c, p. 137).

Quando se afirma que mídia é importante meio de se problematizar a violência contra a mulher, é importante pensar nas oportunidades de divulgar ações que venham gerar debates sobre o assunto. Na pesquisa de Nogueira e Miranda (2017), a análise aponta uma reportagem divulgada um dia após o Dia Internacional da Mulher, de um diálogo com a ex-Presidenta Dilma Roussef, na qual seria um gancho para tratar da problemática. A ex-Presidenta relatou sobre a regulamentação pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de cirurgias plásticas para reparar os danos causados em mulheres vítimas de violência contra a mulher, no entanto, o Jornal do Tocantins abordou o anunciado impeachment. Banalizando a conquista, e deixando de dar enfoque para uma questão que poderia ser a chance de debater o assunto, e divulgar o enunciado.

Uma reportagem da edição nº 6704, na editoria de política, do dia 09 de março, tem como título “Dilma faz apelo por ‘diálogo’ e ‘união’” – da agência Folhapress. O texto traz como foco questões sobre o então anunciado rito de impeachment, com declarações de Dilma sobre a continuidade do seu mandato, etc. No entanto, vale destacar que tais declarações foram dadas durante um “evento para assinatura de portaria na área da saúde” (trecho da matéria), portaria que só foi citada a partir do 7º parágrafo dos 10 totais da reportagem. Aportaria em questão regulamenta pelo SUS a realização de cirurgias plásticas reparadoras, decorrentes de sequelas causadas por violências contra a mulher. O Jornal do Tocantins não repercutiu esse assunto, com especialistas, ou dados, por exemplo, para orientar as mulheres do Estado sobre essa política, etc. Apenas reproduziu uma matéria

da agência Folhapress, cujo foco era o mandato da presidente Dilma. (NOGUEIRA e MIRANDA, 2017c, p. 137).

Entretanto, as abordagens das matérias de violência contra a mulher no Estado do Tocantins, não difere muito do restante dos outros Estados. Nogueira e Miranda (2017c, p. 139), afirmam em sua análise que de “forma geral, todas as matérias analisadas tinham a mesma narrativa factual, com viés policial, identificando vítima e agressor, tendo como fonte a Polícia, sem mencionar legislação, políticas públicas ou estatísticas sociais sobre o tema”. Contudo, vale ressaltar que, segunda sua pesquisa:

No mês de novembro, foi identificada uma matéria sobre a pauta violência contra mulher com indícios de uma cobertura jornalística que cumpria a função social de promover a discussão qualificada sobre a violência contra a mulher, com um conteúdo contextualizado, com certo aprofundamento investigativo [...] (NOGUEIRA e MIRANDA, 2017a, p. 140).

É importante ressaltar que a técnica do agendamento define o que os jornais irão publicar, e a publicação determina aquilo será debatido na sociedade. Vale frisar que cabe ao jornalista aprofundar suas investigações ao redigir uma reportagem para que a mesma, segundo Nogueira e Miranda venha contribuir de fato para o combate a esse problema social, trazendo a público, os dados e informações relevantes debatidos de maneira séria e com compromisso com a verdade, não simplesmente banalizando de maneira sensacionalista.

A situação das mulheres vítimas de violência é um problema grave, e a mídia poderia ajudar a transformar esses cenários, levando ao debate público esse problema social, com abrangência de conteúdo, ética, aprofundamento investigativos, e dados, sem restringi-lo ao viés policial, muitas vezes sensacionalista e preconceituosa (NOGUEIRA e MIRANDA, 2017a, p. 143).

Desta maneira as mulheres passam a ter conhecimento de seus direitos, através dos meios de comunicações.

3.1 - A Notícia Sensacionalista

A prática do jornalismo tem se perdido na guerra das emissoras na busca pelo pico da audiência. Jornalistas antigos e recentes no mercado passam por cima daquilo que aprendeu de ético na faculdade e até mesmo de princípios morais para conquistar o tão desejado “furo”. Tornando-se profissionais secos de conteúdos e cheios de ambições em busca da notícia. E com a globalização, fácil compartilhamento de notícias através dos

recursos na internet tornou-se cada vez mais difícil de trazer uma notícia de primeira mão, que acaba fazendo com que os jornalistas haja irresponsavelmente para ter maior facilidade de chegar ao centro da notícia.

Com a grande concorrência por audiência das grandes empresas midiáticas, atualmente é comum nos depararmos com matérias, reportagens, que chamam a atenção do público pelo uso do termo “sensacionalismo”, no qual muitos autores têm suas definições, mas que encruzilhando os vários adjetivos, chega no mesmo significado. E segundo Angrimani (1995), sensacionalismo é:

Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereciam tratamento. O adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. [...] O termo “sensacionalista” é pejorativo e convoca uma visão negativa do meio que o tenha adotado. Um noticiário sensacionalista tem credibilidade discutível. A inadequação entre manchete e texto – ou ainda, outra manchete e foto; texto e foto; manchete, texto e foto – é outra característica da publicação sensacionalista, o que pode reforçar a posição de descrédito do leitor perante o veículo. [...] A manchete deve provocar comoção, chocar, despertar carga pulsional dos leitores (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

É comum assistirmos ou lermos em algum jornal com matérias ou reportagens que retratam a violência, que ao final da leitura estamos psicologicamente abalados. A matéria sensacionalista é um tipo de matéria que extrai tantos pontos em cima de uma pauta, que chega a se tornar muitas vezes taxativo e repetitivo em muitos casos. De acordo com Patias (2006), é um tipo de matéria em que prende o leitor pelo seu emocional e pelo impacto:

Existe uma outra espécie de jornalismo (revistas, jornais e telejornais) no mercado editorial que foge aos padrões normais: é o chamado sensacionalista, ou popularesco. O gênero, no seu estilo e forma, tende a explorar a violência, o extraordinário, o fait divers, o anormal. Extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece, usando linguagem e imagens chocantes que prendem a atenção do público (PATIAS, 2006, p. 01).

Já para Chaise (2007) “o relato das notícias em forma de espetáculos pretende uma descaracterização dos problemas sociais”, que de fato se observamos algumas matérias, as reportagens que vão ao ar, principalmente as que tratam de violência, são tão superficiais que a única maneira de prender a atenção do público é apelando para o emocional.

As pautas não são definidas pelas inquietações macro-sociais ou de interesse geral, mas por uma série de assuntos definidos como notícia pelos próprios meios de comunicação, cujos interesses buscam apresentar, como já mencionamos, notícias de apelo emocional com discursos voltados para o sensacionalismo, com ampla repetição de fatos como crimes, assassinatos e tragédias (CHAISE, 2007. p. 03).

Há também um tipo de notícia diferente, na qual os fatos interessam a todos, todavia, não leva ninguém a pensar ou buscar alguma mudança, não choca ninguém. Ou seja, a mídia torna notícia somente aquilo que é de seu interesse divulgar (BOURDIEU, 1997).

Bourdieu (1997, p. 24) enfatiza isso afirmando que meios midiáticos “Ora, ao insistir nas variedades, preenchendo esse tempo raro com o vazio, com nada ou quase nada, afastam-se as informações pertinentes que deveriam possuir o cidadão para exercer seus direitos democráticos”.

Para Chaise (2007, p. 03), “relato das notícias em forma de espetáculos pretende uma descaracterização dos problemas sociais, uma construção de visão de mundo político que privilegia a despolitização das relações entre a sociedade civil e a política”. E dependendo da narrativa do discurso, o veículo midiático pode interferir negativamente no combate aos problemas sociais.

No entanto, segundo Chaise (2007), apesar desse gênero jornalístico ter como principais características o gosto exacerbado pelo chocante, apelo emocional e *fait divers*, esse gênero não deixa de ser informativo e de ter compromisso com a verdade, porém, depende muito do jornalista mostrar respeito com a população mostrando a verdade dos fatos.

Nesse sentido, Patias afirma que:

Entretanto, não se pode negar, que nesse gênero de jornalismo, a informação não esteja presente, nem tampouco, deixar de admitir que o jornalismo tido como sério, esteja completamente livre de assumir características tipicamente sensacionalistas (PATIAS, 2006, 01).

Nesse sentido Schmitz (2011), também afirma que em alguns casos, quando se tem duas pautas, uma pode gerar uma polêmica com uma proporção maior, boas e ruins ao mesmo tempo, e a outra não. É aquela pauta em que Bourdieu cita, “pauta ônibus”, entre essas duas opções a mídia certamente escolherá aquela que é de interesse geral do seu público, prendendo a atenção do seu público com algo chocante, não importando para aquilo que realmente é de interesse da maioria.

“Na dúvida, a mídia opta pelo interesse do seu público, isto é, destacar o que interessa à maioria das pessoas do universo daquele meio de comunicação. Assim, o “interesse público” tem valor próprio, o mesmo não pode ser dito do “interesse do público” (audiência). (Schmitz, 2011, pg. 57)”.

Todavia, o que fica implícito nesta afirmação é o fato de que o interesse público, é o interesse da própria emissora, pois a mesma não levaria a público uma pauta que viesse de alguma maneira lhe prejudicar. Então de uma maneira sorrateira e manipuladora ela acaba induzindo e fazendo as pessoas acreditarem que aquilo que está sendo divulgado na mídia é o que realmente o público quer ver. Nesse sentido Schmitz (2011, pg. 57) afirma que “o interesse pela notícia é público e o interesse público é o que a opinião pública diz que é”. E a

mídia é a própria formadora de opinião, e por fim, o interesse público e particular acaba sendo a mesma coisa.

Como a mídia atua como formadora de opinião, ela exerce certo poder sobre o que as pessoas pensam, e debatem isso também é explicado pela Teoria da *Agenda Setting*, e conforme for a opinião do jornalista ou da empresa de comunicação, um agressor pode ser absolvido, ou até mesmo um inocente se tornar culpado, como já aconteceu várias vezes nos jornais. Deste modo, segundo Patias (2006, p. 09), é “representante do poder que se autoriza a dar sempre “a última palavra da vingança”: prende, organiza tribunais, julga, encontra os culpados, condena ou absolve transgressores”.

Segundo Bourdieu (1997) a perseguição pelo furo, leva muitos jornalistas a querer buscar coisas novas, mostrar algo que nunca foi mostrado, buscar exclusividade não se atendo a éticas jornalísticas e valores humanos, e nesse momento muitos deles acabam se tornando iguais, banalizando algum acontecimento que teria impacto positivo na vida do telespectador. Ou ainda na pior das hipóteses, tornar uma matéria em algo que venha causar um risco de morte para os envolvidos, como temos por base vários fatos que chocaram não somente o Brasil, mas também a mídia internacional, como foi o caso da Eloá Pimentel que aconteceu em 2008, o qual a jornalista e apresentadora do programa “A Tarde é Sua!” Sônia Abrão, que manteve contato com o sequestrador Lindenberg.

Para ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar outros para trás, a fazer antes dos outros ou a fazer diferente dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização. (BOURDIEU, 1997, p. 27).

A jornalista e apresentadora Sônia Abrão, almejou tanto o furo de reportagem que deu o furo de reportagem que deu tanta visibilidade e espaço para Lindenberg se expressar, que o mesmo se sentiu no comando de toda a situação. Sem mencionar ainda na banalização da vida, pois ali não era uma gravação de novela, mas sim, um realístico. Existindo sim, a possibilidade de acontecer um assassinato em tempo real divulgado para todos.

Este caso assim como outros é uma oportunidade para que jornalistas fiquem durante dias ou mesmo semana teclando em cima da mesma notícia, explorando as mais diversas pautas que agriem o emocional, tornando o público uma espécie de público assistindo a um show de espetacularização no jornalismo, tudo para manter a audiência. Segundo Angrimani (1995), os gostos dos leitores diferenciam conforme o grau de estudos, e

até mesmo os veículos ditos sensacionalistas tem seu público assíduo. Porém a pauta “morte” é sempre tida como espetáculo que interessa a todos nos meios midiáticos.

Os leitores de jornais sensacionalistas têm uma formação cultural precária, portanto, estão mais próximos dos instintos e suas manifestações; ao contrário as pessoas cultas, de formação intelectual superior, teriam os instintos mais “sob controle”, logo, sua opção só poderia mesmo recair sobre veículos mais moderados, mais racionais (ANGRIMANI, 1994, p. 53).

A questão levantada por Angrimani (1995), é que quando se afirma que um jornal sensacionalista tem afinidade por pautas de violência e morte, não significa que o jornal não-sensacionalista também não faça uso dessas pautas para atrair o público. Conforme Angrimani, é a intensidade com a qual se refere a tal assunto que faz a diferença.

Qualquer dedução que dê para entender que o jornal sensacionalista é violento, enquanto os demais jornais informativos não-violentos, é incorreta. Nos jornais não-sensacionalistas, há sempre uma carga intensiva de violência que não se revela, que não se escancara com a mesma intensidade encontrada nos jornais a sensação. Essa violência pode ser encontrada na crítica ferina, no editorial agressivo, no artigo emocional, na foto marcante, na reportagem denunciadora. Mas é uma violência “disfarçada”, “ilegível” na forma editorial, enquanto que no jornal sensacionalista a violência faz parte da linguagem e da forma de edição (ANGRIMANI, 1995, p. 57).

A linguagem sensacionalista do impresso, segundo Angrimani (1995), precisa manter o máximo possível a proximidade com o leitor, pretendendo sua atenção pelo seu emocional de se sentir parte do fato ocorrido, desta forma ressalta que:

Ainda dentro do ponto de vista jornalístico, a linguagem sensacionalista não pode ser sofisticada, nem o estilo elegante. A linguagem utilizada é a coloquial, não aquelas que os jornais informativos empregam, mas a coloquial exagerada, com emprego excessivo de gírias e palavrões. Como se verá adiante, a linguagem sensacionalista não admite distanciamento nem proteção da neutralidade. É uma linguagem que obriga o leitor a se envolver emocionalmente com o texto, uma linguagem editorial “clichê” (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

Utilizando de recursos como a fotografias e texto para aproximar e impactar o leitor com as imagens utilizadas, criando certo vínculo com as pessoas envolvidas no fato noticiado, e até mesmo algumas vezes comparando com alguma situação vivida ou vivenciada por alguém próximo.

3.2 - Jornalismo Policial

De acordo com Melém (2011), as primeiras matérias de coberturas criminais surgiram na metade do século XIX, veiculados em jornais que circulavam na Inglaterra e nos

Estados Unidos. E no Brasil surge em 1917, quando os jornalistas do Jornal do Commercio e do Jornal do Brasil, faziam reportagens focando primeiramente na versão dada pelos policiais do Rio de Janeiro, deixando segundo plano a versão das vítimas ou mesmo dos acusados pelo crime.

Desde então, este gênero caiu no gosto popular. Mas com o passar dos anos, e as modificações no ramo jornalístico, o Jornalismo Policial, assim como outros, tiveram que se adequar ao fazer jornalismo, na medida em que as notícias se condicionam no tempo, no instante em que uma pauta é noticiosa, logo após deixa de ser, ou surge outra e mais outra. No Jornalismo Policial, esse tempo é reduzido para que possa ser transmitido um maior número de notícias.

A partir deste momento, o gênero policial começou a se difundir e passou a ser explorado por vários veículos de comunicação, principalmente após os anos 70, período áureo do estilo. Em 1977, a reportagem policial ganhou mais credibilidade por dois motivos; o primeiro foi a matéria publicada na Revista Veja – sobre a morte da Cláudia Lessin Rodrigues – que ganhou o prêmio Esso; e o segundo a abolição do AI-5, que permitiu que matérias policiais ganhassem um tom mais crítico (MELÉM, 2011, p. 31).

Nos meios de comunicações impressos o jornalismo policial também ganhou seu espaço, e segundo Melém (2011, p. 31), “Nos veículos impressos o trabalho de reportagem na área criminal se revela no final da década de 70, [...] Naquela época, apenas uma página era dedicada às notícias de crimes”.

Este gênero noticioso diferencia-se completamente do jornalismo tradicional transmitido, pois segundo Romão (2013), no Jornalismo Policial, o valor notícia precisa ser algo venha trazer audiência, por este motivo as notícias têm maior rotatividade, mesmo algumas merecendo ter alguma profundidade, o que vale é a quantidade, e quanto mais sensacionalismo, mais audiência.

Segundo as análises de Romão (2013, p. 41), o Jornalismo Policial tem uma estrutura básica, e pode ser dividido em 3 categorias básicas, sendo elas: sensacionalismo, construção de credibilidade e visão de mundo do Jornalismo Policial. Que são descritos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Tipos de conteúdo presentes no Jornalismo Policial

(1) Sensacionalismo: a captura da atenção	(2) Construção da Credibilidade	(3) Visão de mundo apresentada pelo Jornalismo Policial
<ul style="list-style-type: none"> • Dramatização • <i>Fait-divers</i> • Abordagem superficial • Ênfase nas Imagens • Violência, Tragicidade, Sofrimento e Dor • Produção de Proximidade • Figuras de Linguagem • Velocidade, Repetição e Fragmentação 	<ul style="list-style-type: none"> • Hiper-Realismo • Depoimento de Autoridades • Produção de Proximidade • Exclusividade e Dinamismo • Tom do Discurso e Postura do Apresentador 	<ul style="list-style-type: none"> • A Realidade Hostil: “o perigo mora ao lado” • A Solução: Justiça, Punição e Agressividade

I Quadro extraído da pesquisa de Romão (2011).

O quadro acima, segundo a pesquisa de Romão (2013) mostra a forma como o Jornalismo Policial desenvolve suas atividades. Romão ressalta ainda a observação de que esse gênero jornalístico caminha lado a lado com o sensacionalismo, suas características trabalham juntas formando um aglomerado de termos, expressões que venham causar impacto emocional no leitor e telespectador.

Praticamente todos os elementos do Jornalismo Policial podem ser vistos como sensacionalistas, desde o conteúdo apresentado e as imagens escolhidas, até a forma das matérias e organização dos programas. Esses aspectos relativos ao sensacionalismo são fundamentais para compreender o Jornalismo Policial como um produto típico da Indústria Cultural. (ROMÃO, 2013, p. 43).

Ainda segundo Romão (2013), o Jornalismo Policial valia-se do uso das imagens dos fatos e vítimas acusados para tornar a notícia ainda mais chocante.

A combinação das imagens de violência com o retrato da dor e do sofrimento de suas vítimas também é despidoradamente explorada no Jornalismo Policial. A meta é ser chocante e para tanto nada melhor que mostrar a reação das vítimas aos infortúnios relatados (ROMÃO, 2013, p. 133).

Como o Jornalismo Policial faz uso do sensacionalismo para tornar suas produções de ainda mais espetacularizada, acaba de certa forma banalizando, não somente a pauta, o acontecimento, como também a vida das pessoas que estão envolvidas. Conforme ressalta Romão “a espetacularização da notícia policial, por meio de métodos extraídos do sensacionalismo, hiper-realismo e da dramaturgia, vulgariza a TV, diminui a credibilidade do jornalista e falseia o conteúdo do fato diante da realidade” (ROMÃO, 2013, p. 33 apud PERIAGO, 2004, p. 05).

O Jornalismo Policial é o gênero jornalístico que mais divulga pautas de violência, porém o que deve ser frisado, segundo Sinésio e Moura (2015) é que publicar matérias de violência no jornalismo policial deve ir mais além do que publicar uma nota policial, mas ir a fundo nas entrevistas com as fontes e com muita perspicácia ouvir e enxergar atentamente aquilo que a própria polícia algumas vezes não ouve e não enxerga.

Explicando melhor: a imprensa noticia os casos de violência, mas nem sempre trazem os detalhes ou outras versões além das apresentadas pelos boletins de ocorrência, onde consta a versão oficial da polícia acerca do fato. Ora, o boletim de ocorrência deve ser o primeiro passo, pode ser um auxílio, mas nunca o fato como um todo (SINÉSIO e MOURA, 2015, p. 02).

Conforme Melém (2011), as matérias jornalísticas no jornalismo policial devem ser redigidas de forma que o leitor venha entender aquilo que está sendo repassado a ele, fazendo uso de uma gramática simplista, fugindo de termos do cunho policial de difícil entendimento.

Outro papel fundamental do trabalho jornalístico, principalmente na cobertura policial – onde o público alvo não é, segundo pesquisas, especialista em gramática – saber que linguagem e termos usar para descrever os fatos. Não basta apenas escrever corretamente – que obviamente tem que ser inerente a todos os jornalistas – mas também fazer uso às palavras de fácil compreensão, nada de termos técnicos, neologismos ou adjetivações. É preciso que o jornalista saiba que o leitor precisa entender a notícia para se interessar por ela e lê-la até o fim (MELÉM, 2011, p. 49).

Segundo Sinésio e Moura, a trabalho do repórter é suma importância para o desenvolvimento de uma matéria jornalística policial bem redigida e de fato informativa. Cabe ao repórter desenvolver um trabalho não somente de jornalista, mas também de investigador de fatos, conforme afirma Sinésio e Moura (2015, p. 03) “o repórter, em sua atividade, não deixa de ser também um detetive.”.

Como já foi descrito, uma das características do Jornalismo Policial é a proximidade do público com o fato publicado, como se quem ler a matéria fizesse parte dos acontecimentos trazendo para se aquela realidade, tomando as dores e indignação pelo que aconteceu. Nesse sentido a pesquisa de Melém (2011), revela que o texto no jornalismo policial é definido como realidade, e que o jornalista deve levar em consideração os critérios de noticiabilidade para identificar o que deve ser divulgado ou não, não falhando com público.

A pesquisa nos mostra ainda que no texto do jornalismo policial, o grande público define como realidade, é visto pelo jornalista como série de informações, com valores ou não, passíveis de publicação ou não, dependendo da quantidade de critérios de noticiabilidade que esta notícia carrega consigo (MELÉM, 2011, p. 49).

O que poder ser levantado, conforme Sinésio e Moura (2015), que a forma do jornalismo policial de tratar a morte como algo cotidiano, “mais um entre as estatísticas”,

pode tornar banal o ato da violência sofrida. Deixando de exercer sua função no avanço das políticas públicas sociais.

O que se observa no jornalismo policial é que muitos mortos não têm história. Eles simplesmente morrem – muitos nunca nem foram vistos como sujeitos de direitos pela imprensa. A falta de humanização no jornalismo policial termina por banalizar os casos de violência que só se multiplicam. Enquanto o jornalismo tratar uma morte como apenas uma morte, não haverá avanço nas políticas públicas sociais (SINÉSIO e MOURA, 2015, p. 06).

Conforme afirma Sinésio e Moura (2015), o aprofundamento das matérias, as investigações e divulgações na mídia fazem com que o polícia continue investigando casos, e buscando culpados. Parte daí o papel da mídia em combater a violência, e cabe ao gênero jornalístico polícia realizar uma investigação séria, com compromisso com os envolvidos.

Contudo, temos de admitir que é mais fácil – e mais cômodo – para o repórter aceitar as ‘verdades prontas’ apresentadas pela polícia. Falta interesse de saber quem eram as vítimas e fazer um apanhado sobre as circunstâncias do crime. [...] Dentre esses casos, a maioria – para não dizer todos – se refere a crimes que ganharam repercussão na imprensa. Essa relação sugere que a imprensa, de forma direta ou indireta, contribui para o aumento da impunidade no país ao deixar de noticiar um caso de um jeito e não de outro. (SINÉSIO e MOURA, 2015, p. 6 e 7).

Cabe ressaltar que conforme Sinésio e Moura (2015, p.08), “o que se observa no jornalismo policial é a superficialidade das informações na forma como elas chegam ao público. Salvo as exceções, são notícias rasas sobre assuntos sérios e de interesse do público.” E para todos os outros gêneros jornalísticos, tratar a notícia com superficialidade, é sempre o meio mais fácil de cometer erros, ou mesmo de influenciar negativamente o meio social, por que não vem a público as informações completas sobre os fatos, e cada um tem seu próprio julgamento e juízo de valor a respeito do ocorrido.

4 - A PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Muito já ouvimos falar sobre a história do jornalismo, desde os tempos mais remotos em que apenas a classe burguesa tinha o direito ao acesso e para tal realizar reivindicações através do espaço público. E segundo Schmitz (2011), “foi nesse ambiente emergente da sociedade burguesa, impulsionado pela expansão dos correios e da invenção da impressão tipográfica, em 1445, por Johannes Gutenberg (1390-1468)”, que o público se tornou o fator principal para o jornalismo.

No decorrer dos anos aconteceram muitas mudanças, tanto no advento das novas tecnologias, como na prática do jornalismo. E conforme Schmitz (2011), em 1690, foi quando surgiram os primeiros rumores e teses com os termos “credibilidade”, que quanto mais pessoas falassem sobre um determinado acontecimento, maior a chance de trazer um fato verídico para o público.

Mas ainda faltava muito para chegar ao jornalismo que conhecemos hoje, onde surgiu no século XIX o anseio de ser uma mera publicidade dos interesses da alta classe burguesa, para ter maior compromisso com a verdade dos fatos, independência do Estado, e a tão desejosa “objetividade”.

Mas o jornalismo como se conhece hoje é um fenômeno do século XIX e uma invenção anglo-americana, por ser informativa e não publicista, ou seja, a notícia centrada no fato, a busca da verdade, a independência, a objetividade e a prestação de serviço público (SCHMITZ, 2011, p. 07).

Porém, segundo Schmitz (2011), ainda faltava muito para utilizar esses termos, pois em 1870, apesar de já existir o jornalista que buscava as informações para os jornais, o termo repórter era empregado apenas para ir a campo observar os fatos, e construir a matéria, conforme seus próprios preceitos e opiniões.

Conforme relata Schmitz (2011), os primeiros históricos de entrevistas surgiram na Guerra da Secessão (1861-1865), onde os jornalistas entrevistavam, ouvia-se as narrativas para depois repassar as informações para o público.

Ainda em 1860, a prática do jornalismo embora estivesse expandindo-se rapidamente nas Américas, ainda não existia sua classe profissional, e as práticas do jornalismo com maior interesse para noticiar a veracidade dos fatos baseados nas entrevistas, só passou a fazer parte da profissão a partir do século XIX. Com isso surgem muitos jornais, originando as primeiras reportagens com “subjetividade”, e desta forma nasceu o “Jornalismo da Informação” conforme ressalta Schmitz (2011).

A partir de então houve muitas mudanças nos preceitos da profissão, conforme declara Schmitz (2011):

O campo jornalístico passa a articular com os campos políticos, econômicos e sociais, sujeito às relações comerciais, às pressões do público, às ações dos jornalistas, aos interesses sociais, políticos e culturais. Então, as fontes entram nesse campo para fazer o seu jogo (SCHMITZ, 2011, p. 08).

Para Chaise (2007) a informação no jornalismo deve ser levada sério, pois o mesmo detém o poder de formar opiniões e por isso tem responsabilidade social em divulgar somente a verdade, caso contrário estaria contribuindo com os problemas sociais já existentes. Mas isto não depende somente da narrativa do jornalista sobre a pauta investigada, depende também do veículo de comunicação na qual o profissional exerce sua função. Tanto o jornalista como o veículo, precisam está em concordância com a verdade.

No jornalismo, o ideal é de que a informação seja compreendida como bem social e não como mercadoria. Assim, o jornalismo teria responsabilidade sob a informação divulgada e deveria ser responsável não só diante dos que controlam os meios de comunicação, mas também, diante do público. A responsabilidade social do jornalista exige que atue, sob qualquer circunstância, em conformidade com a sua consciência pessoal (CHAISE, 2007 p. 10).

Tuchman afirma que (1993, p. 77), “cada notícia é uma compilação de fatos avaliados e estruturados pelos jornalistas. Estes são responsáveis pela exatidão de qualquer um desses fatos. Os factos são lidos tanto pelo leitor comum como leitor interessado”. Ou seja, o jornalista é responsável por aquilo que ele divulga, então cabe a ele mostrar todos os lados de um fato, para que todos os públicos ao ler consiga entender o que aconteceu, sem haja espaço dúvidas quanto a legitimidade da matéria investigada.

Conforme Chaise (2007 p. 11), “A responsabilidade da isenção, da objetividade quanto à informação divulgada, deveria ser a base da atuação ética do jornalista. Entretanto, sabe-se que em todas as chamadas e matérias há juízos de valor, há valores reconhecidos e expressos, mesmo que implicitamente”. Mesmo que o veículo midiático precisa ser objetivo ao escolher uma pauta e o jornalista ao escrever a matéria, ainda assim empregam juízo de valor, e de uma forma ou outra, a narrativa acaba expressando algum valor, seja de quem escreveu ou de quem editou.

Tanto veículos quanto profissionais são norteados por concepções. Qualquer tema relatado terá de partir de uma concepção. [...] Desta forma, muitos profissionais acabam expressando, em sua ambição de universalidade, concepções políticas particulares, através de coberturas bastante parciais, mas que são vistas por eles como verdadeiras, imparciais, honestas, responsáveis, exatas, com compromisso social e revelando fatos de relevância pública e interesse público. Ou, de forma submissa aos chefes, acabam por expressar as concepções da empresa, da mesma foram dita honesta, responsável e exata (CHAISE, 2007, p. 10).

Segundo Tuchman (1993), como o jornalista é responsável por aquilo que divulga, cabe a ele responder por matérias duvidosas, pois isso não afetará somente a vida de quem ler, dos envolvidos ou mesmo a sua, mas também trará consequências para o veículo no qual presta serviços, podendo acarretar enorme prejuízos financeiros para seus superiores. O qual diante de qualquer problema pode gerar uma crise de veracidade e confiabilidade perante a sociedade.

Cada notícia acarreta perigos para o corpo redatorial e para a organização jornalística. Cada notícia afeta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento de suas tarefas diárias, afeta sua reputação perante os seus superiores e tem influencia nos lucros da organização. Dado que o jornal é composto de muitas notícias, estes perigos são múltiplos e onipresentes (TUCHMAN, 1993, p. 78).

É fato que mesmo jornais informativos levam em suas narrativas um pouco do sensacional, para prender a atenção do público, porém, isto se torna de fato um erro a partir do momento em que o exagero altera o caso investigados, deixando de mostrar os fatos como realmente aconteceram, deixando de revelar-se a verdade. Assim como defende Chaise (2007, p. 11) “O problema reside no fato de que o jornalismo é uma fonte formadora da opinião pública. Da forma como se apresentam hoje os jornais e telejornais, as pessoas acabam por pensar que o mundo gira em torno da violência, dos crimes, dos assaltos, mortes, sequestros, pânico.”. Isso pode gerar ainda mais violência, crimes, mortes e etc.. O autor ressalta ainda que:

Entretanto, hoje se percebe que o jornalismo vive na balança. Precisa escolher entre ofertar ao público a informação (o fato de relevância pública) ou o entretenimento. Essa relação existe implícita e explicitamente no jornalismo tanto de televisão quanto em jornais impressos, tanto sensacionalistas quanto sérios. As distinções que havia passaram a ser menos atenuadas em função de todos tenderem a ofertar notícias sensacionalistas, em função de todos quererem, ao final, obter mais lucros (CHAISE, 2007, p. 13).

Sobre a objetividade Chaise (2007) conclui que os veículos tanto televisivos quanto impressos não empregam corretamente a objetividade em seus discursos, ficam entre duas opções, de manter a matéria crua e/ou colocar algum tipo de apelo emocional para que venda mais ou tenha mais audiência.

O discurso de objetividade e neutralidade não está sendo cumprido. É preciso informar os acontecimentos sociais, a realidade, sem adocicá-la. Mas é preciso dar a notícia de forma correta, sem transformá-la num acontecimento extraordinário. Percebe-se, no jornalismo atual, o trabalho da irresponsabilidade editorial em função de interesses mercadológicos que não possuem princípios éticos (CHAISE, 2007, p. 14).

Tuchman (1993) ressalta a importância da verificação dos fatos para a produção de uma matéria com objetividade. E revela que diante de um fato em que não haja

possibilidade de verificação por parte do acusado, o jornalista deve buscar outras opções de entrevista. Conforme Tuchman, além da verificação dos fatos, existem 4 mecanismos que fazem com que o jornalista chegue a objetividade, que são descritos em “Apresentação de possibilidades conflituais”, “Apresentação de provas auxiliares”, “Uso das aspas” e “Estruturação da informação numa sequência apropriada”.

Conforme afirma Tuchman (1993), o “jornalista deve deixar claro que aquilo que está escrito, são relatos de acordo com o fato investigado, e não um pensamento do jornalista ou do veículo em que trabalha”. E mesmo que nessa investigação aponta que existe discordância por parte dos entrevistados, é importante ressaltar ao público que está sendo publicadas as versões dos vários lados de uma notícia.

Visto que a objetividade pode ser definida como prioridade aos objetos externos ao pensamento e objetivo como aquilo que pertence ao objeto do pensamento e não ao sujeito que pensa (ambas as definições de dicionário), seria difícil de afirmar – como os jornalistas fazem – que a apresentação de possibilidades conflituais fomenta a objetividade (TUCHMAN, 1993, p. 80).

Segundo Tuchman (1993, p. 80), “Naturalmente, há ocasiões em que os jornalistas conseguem obter provas que corroboram uma afirmação. A apresentação de provas auxiliares consiste na localização e citação de fatos suplementares que são geralmente aceitos como verdadeiros.”. Ou seja, mesmo que na captação de informação para se produzir uma matéria, o jornalista precisa apresentar os fatos que fizeram com que tal pauta se tornasse uma notícia. Trazendo desta forma provas que comprove aquilo que está escrito, para não haver dúvidas de incrédulos quanto a sua veracidade.

Para Tuchman (1993), vale ressaltar que quanto mais fontes um repórter entrevistar, maior a probabilidade de ser objetivo, que ele vai eliminando a possibilidade de expressar o seu pensamento, e ao invés dele falar o pensa, ele entrevista pessoas para exporem seu ponto de vista, frisando que tais pessoas precisam ser verdadeiras em seus relatos. Evitando também, do mesmo conseguir uma confusão ou mesmo processo por algo que venha falar sem legitimidade.

Os jornalistas vêem a citação de opinião de outras pessoas com uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar da notícia [...] Ao acrescentar mais nomes e citações o repórter pode tirar as suas opiniões da notícia conseguindo que os outros digam o que ele próprio pensa (TUCHMAN, 1993, p. 81, 82).

Para Tuchman, a maneira em que o jornalista estrutura a matéria pode influenciar na objetividade da mesma. Esclarece que a maneira que se produz uma matéria, informando

os pontos mais importantes, deve ser levado em consideração o lead, respondendo às perguntas – “quem, o quê, o quando, o onde, o porquê e como – para compor a notícia.

A estruturação da informação na sequência apropriada é também um procedimento destinado a identificar a objetividade, procedimento esse que é um atributo formal das notícias. A informação mais importante relativa a um acontecimento é suposta ser apresentada no primeiro parágrafo, e cada parágrafo subsequente deve conter informação de menor importância. A estrutura da notícia assemelha-se, do ponto de vista teórico, a uma pirâmide invertida. (TUCHMAN, 1993, p. 83).

Tuchman afirma ainda que existe outro método para se aplicar a formação da notícia e sua estrutura visando a objetividade, nesse sentido assegura que todo profissional jornalístico tem um “*News Judgement*”, que segundo Tuchman (1993, p. 83), “é a capacidade de escolher objetivamente de entre os fatos concorrentes para decidir quais os fatos que são mais importante ou interessantes”. Nessa perspectiva conclui que:

Poder-se-ia concluir que a experiência organizacional do jornalista o predispõe contra hipóteses que contrariam suas expectativas preexistentes. Do ponto de vista dos jornalistas, as suas experiências com outras organizações durante um período de tempo validam o seu “*News Judgement*”, e podem ser reduzidos ao senso comum. Por senso comum os jornalistas entendem o que a maioria deles considera como verdadeiro, ou dado como adquirido (TUCHMAN, 1993, p.87).

Isso acontece devido a experiência profissional do jornalista, conforme a captação de informação através das fontes escolhida e seleção da pauta para ser divulgada.

4.1 - A Escolha da Pauta e a Fonte

Problemas sociais só passam de fato a serem vistos a partir do momento em que o assunto é retratado pela mídia, e a maneira como os jornalistas divulgam algum fato determina a importância que o público dá a mesma. Se ela se tornará um assunto no qual será abordado em vários jornais e rodas de conversas, ou se apenas será um assunto que abrange individualmente as pessoas que tenham afinidade com o assunto ou alguma vivência a respeito. Desta maneira Soreval e Pedroso Neto (2016), afirma que a visibilidade na mídia dá força a uma pauta.

Eles só passam a serem vistos, a terem uma “existência visível” e social, quando ganham espaço na mídia, quando “são reconhecidos como tais pelos jornalistas”. É como se os acontecimentos pudessem ser fabricados. Eles ganham força com a visibilidade na mídia, pois os meios “dão luz” a um evento, dentre outros, e fazem que com ele se torne importante para o grande público. Mas, assim como ele é criado pelas atividades dos jornalistas, pode desaparecer rapidamente pelo mesmo instrumento: a ausência na mídia (SOREVAL e PEDROSO NETO, 2016, p. 05).

Em muitos casos as matérias de escândalos são divulgadas em páginas de destaque, quando na verdade estão apenas tentando tirar o foco de uma possível notícia central, que em consenso não entrou em pauta, e mesmo quando algum jornalista a põe como pauta, a mesma é censurada por motivos óbvios pelos seus chefes de produção: o valor econômico conta mais. Conforme afirma Bourdieu (1997):

Creio que a denúncia dos escândalos, das ações e falta deste ou daquele apresentador, ou dos salários exorbitantes de certos produtores, pode contribuir para desviar o essencial, na medida em que a corrupção das pessoas mascara essa espécie de corrupção estrutural (mas se ainda deve-se falar em corrupção?) que se exerce sobre o conjunto do jogo através dos mecanismos como a concorrência pelas fatias de mercado que quero tentar a concorrência. (BOURDIEU, 1997, p. 21).

Conforme afirma Schmitz (2011, p. 10), na “maioria das vezes leva a imprensa a ser pautada, em vez de pautar, provocando o “encastelamento” dos profissionais nas redações, que preferem a comodidade da informação pronta e ouvir as mesmas pessoas e organizações”. Colocando os jornalistas apenas na posição de propagador de uma pauta preparada com o propósito de mostrar somente o lado positivo daquilo que lhes interessam mostrar. Ao invés de uma notícia onde exista uma investigação e aprofundamento dos fatos.

Melém (2011), assegura que com as várias atualizações e mudanças nos veículos de comunicação, no impresso o lide precisou ser ajustado da maneira que melhor viesse atender as necessidade do leitor, solucionando alguns problemas de dificuldades de assimilação do leitor com relação as matérias divulgadas.

No jornalismo impresso, lide e documentações podem ser organizados de maneiras diferentes, dependendo do desenrolar dos acontecimentos. Com o passar dos anos e a necessidade de adaptação de acordo com a necessidade do leitor, os jornais brasileiros adotaram uma forma de distribuição peculiar com título, subtítulo e o lide principal (MELÉM, 2011, p. 33).

Sobre as fontes Schmitz (2011), apresenta alguns termos significativos para o melhor entendimento:

O significado de “fonte” no jornalismo torna-se paradoxal. De uma “fonte limpa” espera-se origem certa, segura; mediante informação insuspeita, autorizada. Igualmente, “ir à fonte”, sugere dirigir-se a quem pode fornecer informação exata sobre algo ou explicar a origem do fato. Isso se aplica ao jornalismo investigativo, mas perde a lógica, quando a fonte age proativamente, oferecendo notícia pronta (SCHMITZ, 2011, p. 09).

Schmitz (2011, p. 08) afirma que “É preciso diferenciar “fonte de informação” e “fonte de notícia”, no sentido de que qualquer informação está disponível a alguém. Já a fonte de notícia necessita de um meio de transmissão, de um mediador, que faça circular o seu conhecimento ou saber”. Para tanto é necessário que haja uma ligação de confiança entre

fonte e jornalista para que seja produzido uma matéria com informações verdadeiras e precisas.

Nesse sentido Schmitz (2011, p. 12) ressalta que as fontes produtoras de notícias “partem das práticas e critérios dos jornalistas e tratam de oferecer conteúdos que atendam aos requisitos que tornam um acontecimento, uma notícia irrecusável”, tornando o jornalismo apenas um intermédio entre a fonte da notícia e o público. Ou seja, de forma estratégica, a fonte da notícia precisa do jornalista para divulgar, por isso produz a pauta de acordo com os preceitos da emissora, porém, sempre mostrando aquilo que deseja ser mostrado, construindo uma realidade que deseja que os outros desejem ver. De acordo com isto, Bourdieu (1997), explana:

Desejaria dirigir-me para coisas ligeiramente menos visíveis mostrando como a televisão pode, paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que ser preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade (BOURDIEU, 1997, p. 24).

Para Schmitz (2011, p. 15), “A objetividade coloca a fonte no centro da apuração, pois o jornalista faz suas confirmações a partir de consulta a quem informa ou contextualiza os fatos, mesmo que sejam suspeitas, especulações, pontos de vista”. Quando se trata de boas matérias deve-se levar em consideração do importante papel das fontes, e por este motivo é preciso manter acima de tudo, a ética jornalística com relação elas.

Schmitz (2011) relata também a questão da prioridade das fontes, e a importância que cada uma tem na declaração para apuração de uma notícia. Pois existe uma hierarquia no jornal onde as vozes têm maior credibilidade que outra, como por exemplo as fontes “especialista” e de “autoridades”.

Ordenam uma hierarquia de credibilidade, onde os mais poderosos tem preferência nas declarações de temas controversos. Eles consideram a fonte “especialista” a mais fidedigna, pois fornece informações sem interesse particular, embora a mídia prefira as “autorizadas”, notadamente de organizações públicas (SCHMITZ, 2011, p. 18).

Como a produção jornalística emana de um aglomerado de vozes, para se obter os vários lados da notícia, confirmando através do depoimento das fontes a verdade investigada, que além de obter a objetividade, ele utiliza desses depoimentos e pontos de vista uma forma para escrever aquilo que ele pensa, com a utilização das aspas. Desta maneira, Schmitz assegura que:

A maioria das informações jornalísticas é plural, emana de vários tipos de fontes, que o jornalista utiliza para reforçar ou confirmar a verdade no relato dos fatos. Por

isso, hierarquizar as fontes é essencial na atividade jornalística, pois a notícia polifônica converge da diversidade de opiniões, relatos, testemunhos e mídias (SCHMITZ, 2011, p. 23).

No que se refere aos direitos das fontes Schmitz (2011) deixa claro que os mesmos tem direitos, mas que diante das situações muitos jornalistas não reconhecem, e até mesmo as próprias fontes não sabem da existência dos mesmos, como por exemplo, a correção de um depoimento, ou mesmo a retificação caso tenha já sido publicado. Portanto, cabe ao jornalista utilizar seu senso ético para não infligir nenhum desses direitos, nos quais são de certa forma uma forma de proteção de um perigo eminente, ou mesmo da retaliação por uma falsa notícia.

Há um consenso geral, entre os agentes e apontado nas pesquisas, referente ao direito da fonte de obter retificação de informações publicadas de forma errada, embora se discuta o direito de resposta, podendo-se processar os jornalistas e veículos por calúnia, injúria e difamação (SCHMITZ, 2011, p. 65).

A fonte sigilosa segundo Schmitz, é resguardada pelo jornalista geralmente diante da situação de perigo, e em outros casos, é sempre cabível tentar convencer a fonte de fazer a declaração explicitamente, porém, se assim não for aceita, o jornalista deve manter a fonte em sigilo, e publicando sua informação somente a após a confirmação dos fatos declarados.

A regra básica da informação está na citação explícita da fonte e o jornalista deve, primeiro, convencer o interlocutor a assumir o que diz. Se não for possível, a fonte pode obter a garantia do sigilo, com a confirmação das informações fornecidas. Muitos veículos não publicam a notícia sem essa confirmação. Outros, consideram a confiabilidade do informante. O sigilo protege explicitamente a fonte, ou seja, o jornalista que recebe a informação confidencial é autorizado a utilizá-la, desde que não revele a sua origem (SCHMITZ, 2011, p. 67).

Contudo, todos os tipos de fontes são de grande importante para a construção da notícia, e cabe ao jornalista conquistar a confiança e respeitar o direito de sigilo da fonte.

5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho analisa matérias que relatam violência contra as mulheres divulgadas no Jornal do Tocantins, publicadas durante os meses de janeiro a março de 2017, partindo da hipótese que a mulher é retratada como responsável pelo crime cometido contra ela. A escolha do veículo impresso do Jornal do Tocantins optou-se pelo fato do mesmo ser um jornal renomado e tradicional no Estado, existente desde 1979, possuindo um acervo contendo todos os exemplares de todos os meses desde a sua criação. Com circulação diária, desde a sua fundação passou por várias mudanças em seu formato. Os exemplares chegaram a circular com 24 páginas, mas atualmente com mudanças e justificativas diversas chega às bancas com 12 páginas (COSTA, 2016).

Para começar os relatos foi construído um arcabouço com levantamento bibliográfico em livros, artigos midiáticos, monografias e pesquisas em sites visando à captação de dados e aprofundar conhecimentos sobre o tema. Após estar de porte com o material da pesquisa, em seguida foi realizado leituras e fichamentos dos mesmos, para dar andamento na composição da estrutura e desenvolvimento da pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa sobre conceitos, históricos e dados de violência contra a mulher, comportamentos e abordagem da mídia com relação ao assunto e como ocorre a produção do conteúdo jornalístico sobre o tema. Para encontrar as referências bibliográficas foram utilizadas palavras-chave, sendo as principais: violência contra a mulher, violência de gênero, feminicídio, sensacionalismo, mídia e violência contra a mulher, produção textual jornalístico e objetividade.

Quanto a abordagem qualitativa se mostrou a mais apropriada para a análise, logo que nos objetivos da pesquisa propõe-se a analisar como a mídia aborda os casos de violência contra a mulher, obtendo desta maneira as interpretações das matérias analisadas. A respeito da abordagem qualitativa Bardin (1977) explica que:

Corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. Este tipo de análise, deve ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (ou da situação de comunicação) (BARDIN, 1977, p. 115).

O método utilizado nesta pesquisa foi a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977) busca o conhecimento através de uma técnica de análise das variações de uma mensagem por meio de uma estrutura de indicadores, que nos permite ir além do conteúdo

explícito, mas visa entender não somente o conteúdo, como também o significado das palavras.

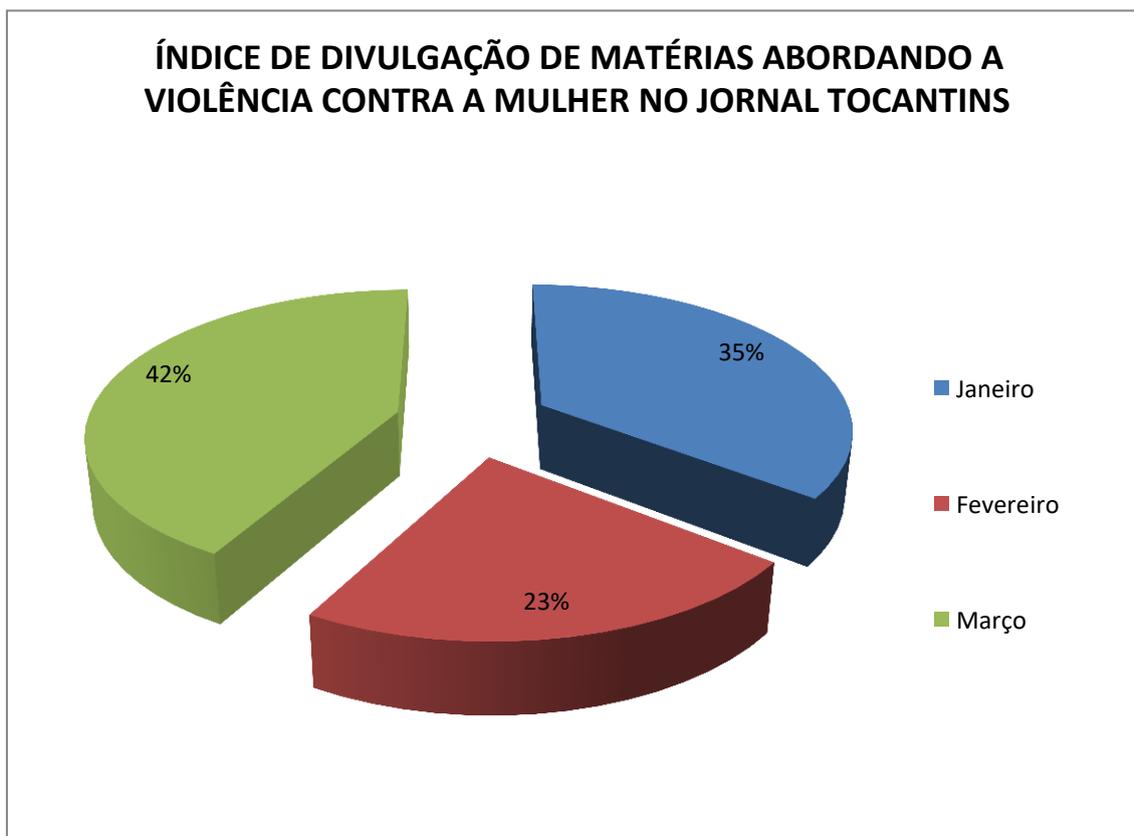
Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) estas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Para Bardin (1977), o processo de categorização para análise de conteúdo implica na classificação de elementos por suas categorias, realizando uma investigação do que cada matéria tem em comum com a outra, fazendo um desmembramento e logo após uma agrupação por tópicos.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 1977, p. 117).

Segundo Bardin (1977) a organização da análise de conteúdo por categorização é guiada por três fases, que são: exploração do material e análise e interpretação dos resultados. Com relação a esta pesquisa, durante a pré-análise primeiramente foi realizada uma pesquisa executando o processo de leitura flutuante dos meses de janeiro, fevereiro e março deste ano de 2017, no acervo do Jornal do Tocantins. Buscando as palavras chaves citadas acima no título, lead, chapéu, destaque, cabeça das matérias publicadas, filtrando desta forma as que serviriam para a análise da problemática da pesquisa. No mês de janeiro foram encontradas 11 matérias, fevereiro foram 7, e março foram 13 matérias, sendo um total geral de 31 matérias publicadas referentes a temática discutida, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Índice de divulgação de matérias



Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa (2017).

O segundo passo foi realizada a exploração do material com a separação dessas 31 matérias jornalísticas. Nesta leitura mais aprofundada foram utilizados os seguintes termos para contabilizar o quantitativo exato do total de notícias publicadas: reportagem, capa, artigo e nota.

Tabela 1: Formato da Informação

MÊS	REPORTAGEM	ARTIGO	NOTA	TOTAL
Janeiro	6	1	4	12
Fevereiro	4	2	1	7
Março	7	4	2	15
Total geral	17	7	7	

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa (2017).

Bardin (1977, p.118) afirma que “a categorização é um processo do tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário: isolar os elementos; a classificação:

repartir os elementos e, portanto, procurar ou impor uma certa organização às mensagens”. Diante do processo escolhido para a definição do corpus da pesquisa, foram utilizadas as 3 regras para esse tipo de trabalho. Para Bardin as principais regras são:

- *Regra da exaustividade*: uma vez definido o campo do corpus (entrevistas de um inquérito, respostas a um questionário, editoriais de um quotidiano de Paris entre tal e tal data, emissões de televisão sobre determinado assunto, etc.), é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus. Por outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não-interesse), que não possa ser justificável no plano do rigor. Esta regra é completada pela de *não-selectividade*.
- *Regra da representatividade*. A análise pode efectuar-se numa *amostra* desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso os resultados obtidos para a amostra serão generalizados ao todo.
- *Regra da homogeneidade*: os documentos retidos devem ser homogéneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha.
- *Regra de pertinência*: os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise. (BARDIN, 1977, p. 97 e 98).

A partir da leitura do corpus da pesquisa foram desenvolvidas 3 tipos análises: Análise de conteúdo, análise de vozes e análise do problema de pesquisa (“a mulher é retratada como responsável pelo crime cometido contra ela”). Para cada tipo de análise foram nomeadas algumas categorias.

Para a análise de conteúdo foram criados as seguintes categorias: “Políticas públicas de combate”, “superficialidade da temática”, processo “investigativo em andamento”, “resposta das investigações criminais” e “outros”. O objetivo é identificar os assuntos mais frequentes e de maior relevância na cobertura do Jornal do Tocantins. Para melhor explicar essa categorização do conteúdo das matérias analisadas, seguem as descrições expostas no quadro 2.

Quadro 2: Descrições das Categorias

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO DOS TERMOS E PALAVRAS
Políticas Públicas de combate	Notícias que contenham dicas e incentivos ao processo de denuncia do crime, explicações e advertências sobre a temática violência contra a mulher e sobre seus direitos.
Superficialidade da temática	Recortes de matérias sem muitas informações, sem detalhes do ocorrido, que não contenham dados dos envolvidos.
Processo Investigativo em andamento	Publicações que não tem as informações completas, pois ainda estão sendo investigadas.
Respostas das investigações criminais	Continuidade de resultado das matérias que estavam sendo investigadas.
Outros	Publicações que apresentem casos de violência contra a mulher, mas que na matéria não fica explicito. Bem como todas as demais matérias que não se encaixam nas categorias citadas acima.

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa (2017).

Na análise de vozes foram aplicados os termos já apresentados pelo autor Schmitz, no livro “Fontes de Notícias – ações e estratégias das fontes no jornalismo”, sendo eles: “fonte oficial”, “fonte especialista”, “fonte testemunhal”, “fonte institucional” e “outros”. O principal objetivo deste tipo de análise é descobrir quais foram os agentes sociais que mais tiveram poder de voz de forma direta ou indireta nas matérias avaliadas. Desta forma, adotamos para a análise as seguintes descrições das classificações:

- a) **Fonte oficial:** alguém em função ou cargo público dos poderes constituídos do Estado (executivo, legislativo e judiciário), como Departamentos de Delegacias de Polícia Militar, Juizes (as), Defensorias, Procuradorias, Ministério Público Estadual.
- b) **Fonte institucional:** quem representa as instituições de defesa e proteção à mulher, como a Casa 8 de Março, Delegacia da Mulher, Secretaria de Cidadania e Justiça, dentre outros.
- c) **Fonte testemunhal:** são as vítimas, acusados, familiares e amigos próximos que podem ser testemunhas do delito.

- d) **Fonte especializada:** trata-se de uma pessoa notória com conhecimento específico na área, como assistente social, psicóloga, feminista simpatizante com a temática.
- e) **Outros:** artigos nos quais, expressão a opinião do autor, e sites informativos.

O outro tipo análise é denominado como análise do problema de pesquisa. Tem como principal objetivo identificar como a mulher é retratada pela mídia em casos de violência doméstica. As categorias são designadas e descritas a seguir:

- a) **Culpabilidade da mulher:** matérias que contenham frases ou parte do texto que expressam explicitamente a atribuição da culpa à mulher pela violência cometida contra ela.
- b) **Não culpabilidade da mulher:** matérias que não apresentam frases de atribuição da culpa à mulher pela violência cometida contra ela.
- c) **Outros:** Dados estatísticos e todos os artigos e notas que não se encaixam em nenhuma das outras categorias.

A terceira fase consiste na categorização para a codificação do material na interpretação dos resultados, que é feita a partir de uma leitura completa e aprofundada de todas as matérias jornalísticas selecionadas. Tornando significativos e válidos os embasamentos teóricos e literários utilizados na dissertação.

6 - ANÁLISES DA COBERTURA

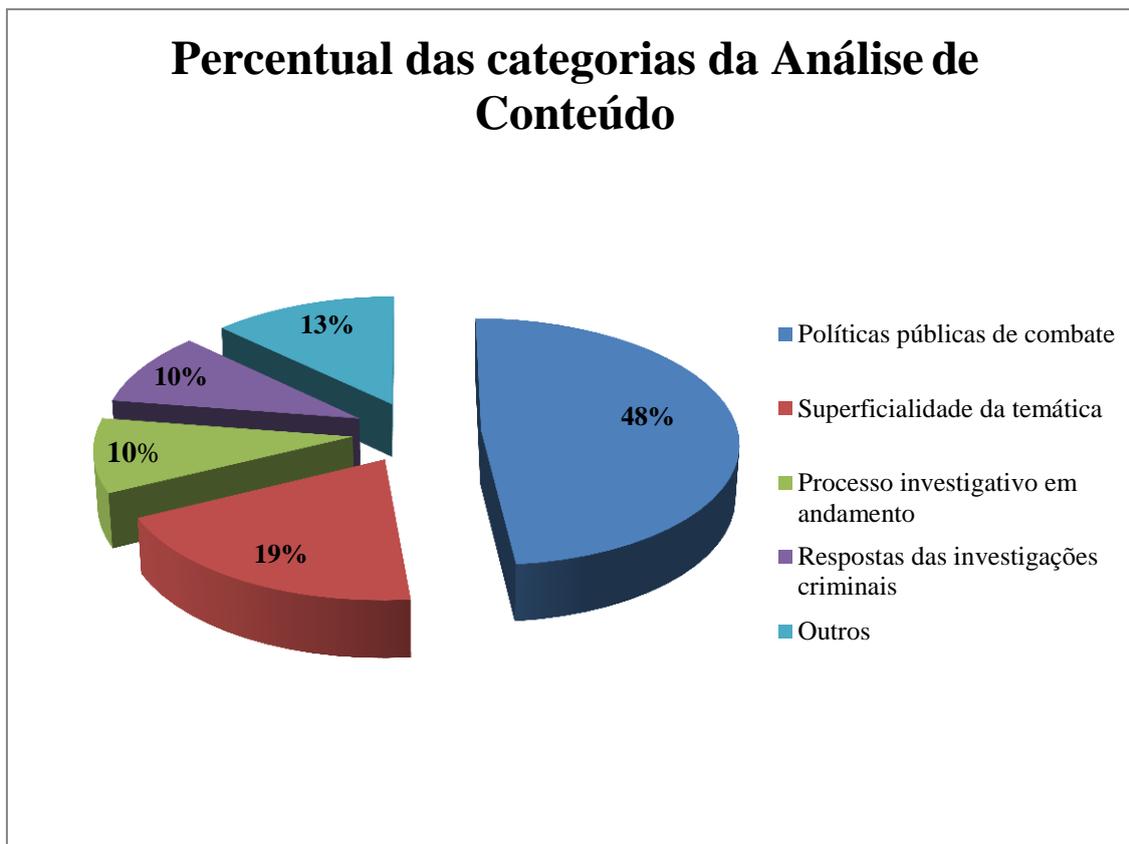
Após a realização da triagem das matérias a partir dos critérios já descritos na metodologia, foram selecionadas para o corpus dessa monografia um total de 31 matérias jornalísticas que abordaram a temática violência contra a mulher, vale a ressalva que destas, 3 tiveram chamada na capa, 1 no mês de janeiro e duas no mês de março, as quais não fizeram parte da categorização, mas cabe destacar a importância do jornal em fazer a chamada na capa.

Através do estudo constatou-se que o mês que teve menos matérias que abordava a temática foi o mês de fevereiro com o percentual de 22,58%, seguido de janeiro com 35,48%, e o de maior destaque com textos de combate a violência contra a mulher foi março com 41,94%, diga-se de passagem, ser o mês que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Neste mês, foram apresentadas questões de combate a violência contra a mulher, oferecendo dicas e incentivo a denúncias, dados de violência doméstica, apresentou-se também as dificuldades enfrentadas pelas instituições e órgãos públicos para combater esse problema social, tanto no que se refere a verba pública, como falta de confiança da mulher em enfrentar judicialmente o agressor.

Nesta etapa da pesquisa também serão apresentados separadamente os resultados dos 3 tipos de análise proposta nessa dissertação: análise de conteúdo, análise de vozes e análise do problema de pesquisa. Serão expostos os dados quantitativos e percentuais particulares das categorias de cada análise. Apresentando ainda alguns os aspectos e inferências das matérias no Jornal do Tocantins que mais se destacaram nas análises.

Na análise de conteúdo constatou-se através da classificação categórica que na categoria Políticas públicas de combate foram elencadas um maior quantitativo que as demais categorias, com uma frequência de 48% das matérias que abordaram temas que incitavam o combate a violência contra a mulher. Seguida da categoria “Superficialidade da temática” com um total de 19%, na qual sua frequência evidenciou matérias com poucas informações e dados sobre os fatos de violência contra a mulher, algumas vezes a temática ficava implícito na matéria. O terceiro lugar no percentual foi a categoria “outros” com 13%, com frequência de dados e matérias que mencionava a temática, mas que a abordagem era outra. As categorias “Processo investigativo em andamento” e “Respostas das investigações criminais” apresentaram o mesmo percentual de 10% em cada categoria.

Gráfico 2 - Percentual de Análise de Conteúdo das matérias de janeiro a março de 2017.



Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa (2017).

Ou seja, na análise de conteúdo categórico deixa claro que no Jornal do Tocantins no primeiro trimestre deste ano de 2017, as abordagens de assuntos com maior relevância e frequência nas publicações, foram matérias classificadas na categoria de políticas públicas de combate a violência contra a mulher.

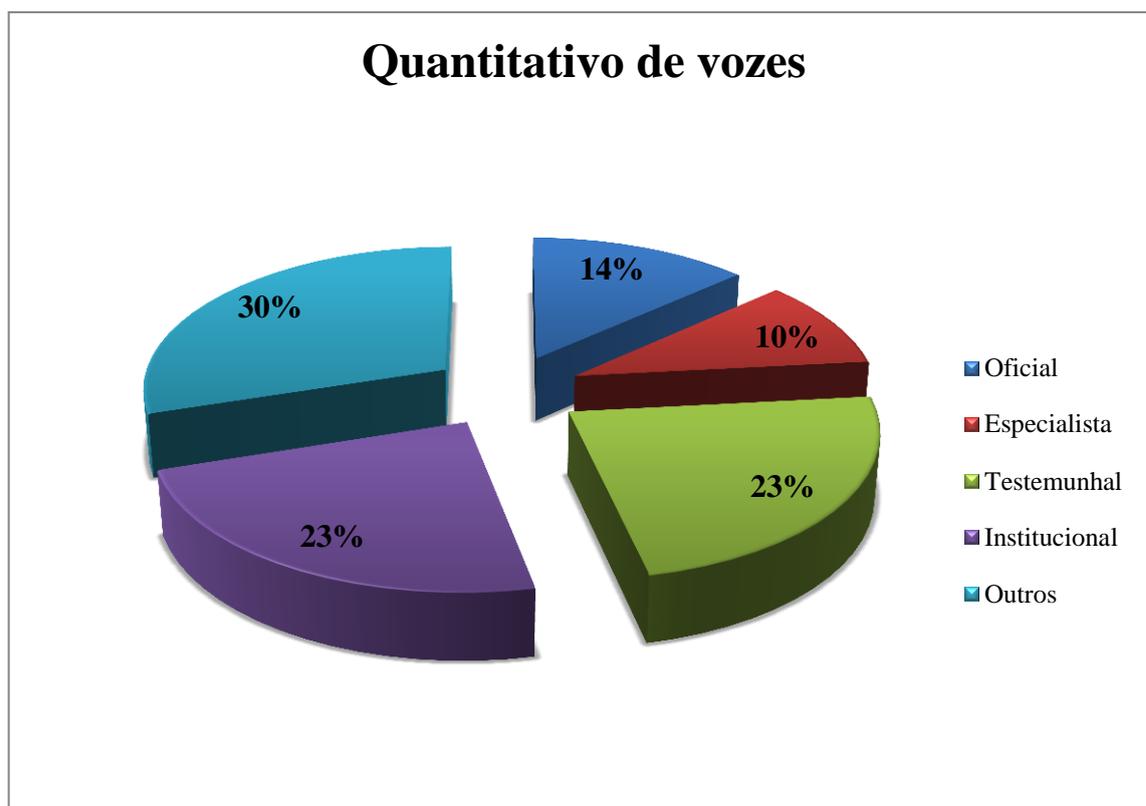
O que de alguma maneira auxilia no combate a violência contra a mulher, mostrando os meios a serem seguidos, trazendo na construção da matéria dados dos números de violência contra a mulher, e em algumas matérias mostrou passo a passo da medida que a mulher deve tomar na hora da denúncia.

A matéria divulgada no dia 8 de março na página 8, intitulado como o Dia Internacional da Mulher, apresentou uma reportagem completa falando sobre a luta que muitas mulheres travam pela a igualdade de gênero, conscientização dos direitos da mulher e como a Defensoria Pública do Estado (DPE-TO) age nos casos de violência contra a mulher. Em um recorte na íntegra, a defensora pública Vanda Sueli Machado de Sousa Nunes, afirma que: “As mulheres são muito desinformadas, principalmente as mais carentes” explica e

ressalta que a mulher que sofre qualquer tipo de violência pode procurar a DPE-TO para se assegurar de seus direitos”.

Na Análise de Vozes, é importante ressaltar que foram analisadas apenas 24 matérias, devido 7 matérias não ter nenhum tipo de fonte entrevistada, ou informações de onde foram tirados os dados e elementos para a composição da notícia. O quantitativo dos agentes sociais que mais tiveram poder de voz nas matérias foram os artigos, além de notas informativas com um total de 9 vozes presentes nos textos da categoria “Outros”. As próximas categorias de vozes são as “Fonte Institucional” e “Fonte Testemunhal”, os quais obtiveram o mesmo número, sendo 7 para cada uma das categorias, conforme gráfico abaixo. Lembrando que a temática abordada trata diretamente com instituições de assistência às mulheres agredidas e pessoas envolvidas nos delitos, que auxiliam como testemunhas, tanto para inquéritos, como para construção da notícia. A categoria de “Fonte oficial”, teve a quantidade de 4 fontes, e a “Fonte especialista” com um total de 3.

Gráfico 3 – Quantitativo de Vozes



Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa (2017).

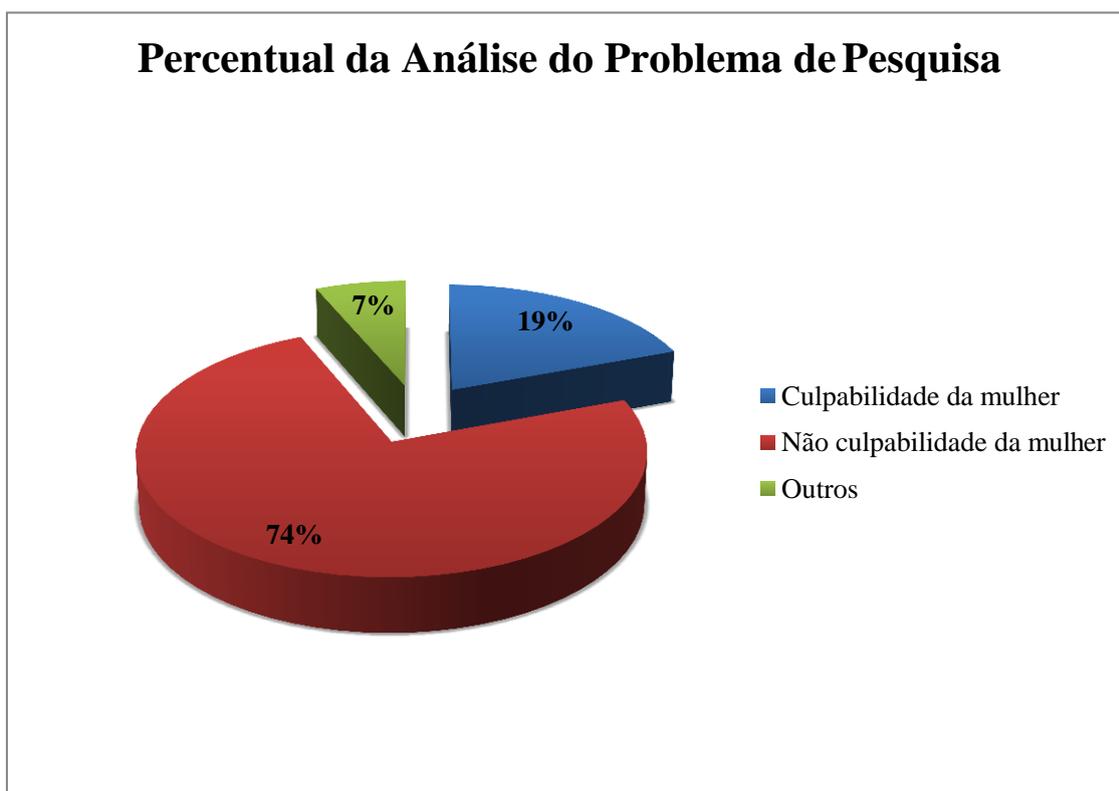
Dentro do percentual o total geral foram 30 vozes presentes em 24 textos, ressaltando que em alguns textos tiveram presentes mais de uma fonte.

A fonte que teve um maior quantitativo de voz foi a categoria outros, devido o fato de nesta categoria está incluído os artigos de opiniões dos jornalistas, nos quais expuseram suas opiniões sobre a temática estudada, mostrando seu ponto de vista. As fontes testemunhal e institucional tiveram o mesmo quantitativo, pois nas matérias analisadas a participação dos envolvidos nos fatos e as instituições que acompanha os casos de violência contra a mulher têm maior conhecimento e informações a serem passadas ao público, de acordo com os resultados na análise anterior. Desta maneira, como as matérias de maior frequência no jornal do Tocantins foram as de políticas públicas de combate a violência contra a mulher, é comum que busquem as fontes que tragam exemplos de experiências vividas que possam ser compartilhadas, e as medidas que as vítimas podem tomar para buscar uma proteção de seus agressores.

O terceiro tipo de análise proposto na metodologia, foi a Análise do problema de pesquisa, a qual propõe avaliar como a mulher que sofre algum tipo de violência doméstica é retratada no Jornal do Tocantins, nos meses de janeiro, fevereiro e março. A fim de identificar qual a perspectiva do jornal sobre a culpabilidade da mulher na violência cometida contra ela.

Nas 3 categorias classificadas as matérias de percentual predominante foi a “Não culpabilidade da mulher” com um total de 74% de matérias que não continham explicitamente, frases ou expressões que culpabilizavam a mulher. A categoria “Culpabilidade da mulher” teve um percentual equivalente a 19% do corpus da pesquisa, o que evidencia que mesmo não sendo predominante nas matérias analisadas, o veículo ainda utilizou termos ou frases em suas narrativas que atribuía a culpa à mulher.

Gráfico 4 – Percentual da Análise do Problema de Pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa (2017).

As matérias que foram elencadas na categoria de “culpabilidade da mulher” apresentaram nos textos as seguintes frases:

- “Mesmo que a mulherada está bem mais fácil de comer.”; “...empurrará as meninas a experimentação lésbica por puro desespero.”; “...feminismo histórico (aquele que entra debaixo dos lençóis)...”; “A mulher do século 21 que quiser um homem inteligente para ela, terá que reaprender a relaxá-lo, ao invés de simplesmente acusa-lo de ser “opressor”. Menos histeria e mais generosidade.” (Título: O homem do século 21 / Artigo; Autor: Luiz Felipe Pondé; Mês: janeiro; Página: 2). Esse recorte se trata de um artigo, nele é contida várias frases de preconceito e objetificação da mulher, que é um dos motivos que levam vários casos de violências sexuais. Nas 3 primeiras frases analisadas, é de puro cunho sexual, na qual coloca a imagem da mulher como objeto de satisfação sexual. Conforme a construção da narrativa, a palavra “opressor” entre aspas, leva entender que a acusação é apenas mais um ataque de histeria da mulher.
- “...pois muitas perdoam por acreditar na mudança e a violência volta a acontecer”; (Título: Denúncias devem ser levadas adiante; Autora: Patrícia Lauris; Mês: março; Página: 8). Neste recorte a frase dar a entender que devido a ingenuidade da mulher em perdoar por acreditar numa possível mudança, ela volta a ser agredida.

- “...ele foi mandado a júri popular por homicídio qualificado (impossibilidade de defesa da vítima) e motivo torpe (ciúmes em virtude de traição)...”; (Título: TJ analisa hoje recurso de réu contra júri popular; Autor: Melanie Ghote; Mês: fevereiro; Página: 10). Neste recorte quando expõe que vítima havia traído o agressor, pode-se levar alguns leitores a considerar válido o justificável, pelo desvio de conduta da vítima.
- “O réu responde por homicídio duplamente qualificado por ter sido praticado por motivo torpe e sem possibilitar à vítima qualquer chance de defesa.” (Título: TJ nega recurso e empresário pode ir a júri popular; Autor: Melanie Ghote; Mês: fevereiro; Página: 11). Aqui é identificado o mesmo ponto de vista da frase anterior, além da não utilização do termo “feminicídio”.
- “...ex-amante, Eliza Samudio...”; (Título: Bruno é solto; Autor: Renata Caldeira; Mês: fevereiro; Página: 12). Nesta frase a intitulação da vítima como “ex-amante”, estimula o leitor a justificar a morte pelo desvio de conduta da vítima.
- “...nunca ter relatos de agressividade do atirador.”; “O Sidnei (atirador) era um amor de pessoa. Não bebia, não fumava. Nunca havia entrado numa delegacia até passar por isso.”; “...o atirador deixou uma mensagem se desculpendo por algo que iria acontecer e criticando a ex-mulher...”; (Título: Enterro coletivo marcado por comoções e homenagens; Autor: Eduardo Anizelli; Mês: janeiro; Página: 3). Neste recorte a construção da matéria através dos depoimentos descreve o atirador como um homem calmo e inofensivo, e no final da matéria apresenta um fato que leva o público a subentender atos contrários da vítima, podendo ser motivos de justificativas do crime. Nesta matéria não deixa claro que a mulher foi vítima de violência doméstica, apenas nas 3 últimas linhas foi informado que uma das pessoas assassinadas era a ex-mulher do acusado, e que a mesma já tinha registrado 4 boletins de ocorrência, o que contradiz a descrição dele ser um homem tranquilo. Conforme exposto no recorte abaixo:

Figura 1: Recorte do Corpus culpabilidade da mulher.



Fonte: Recorte Jornal do Tocantins no mês de janeiro, página 3.

É importante ressaltar que apesar dos números de matérias que culpabiliza a mulher pela violência cometida contra ela serem poucas, ainda é preocupante que atualmente um meio de comunicação renomado traga ao seu público matérias que podem influenciar negativamente na vida dos leitores.

Os 3 tipos de análises revelaram quais foram as formas de abordagens que tiveram maior relevância e frequência, quais foram as fontes mais procuradas para compor a matéria e como ocorreu esta construção da notícia, quais foram as frases e termos utilizados para passar a informação no Jornal do Tocantins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das observações realizadas a partir do desenvolvimento do referencial teórico, em um primeiro momento vemos que a violência contra a mulher é um problema social real na vida de muitas brasileiras, desde os primórdios da vida em conjunto até os dias atuais. São os meios de comunicações os veículos propagadores dessas notícias, deixando claro, os números espantosos dos casos de agressões, estupros e assassinatos.

Apesar de vivermos hoje no século XXI, muitos comportamentos se tornaram tradição por muitas famílias, e a submissão a opressão masculina infelizmente é uma delas. Onde o patriarcalismo impera, e cabe a mulher aceitar todo tipo de tratamento praticado pelo homem para que suas vontades e opiniões prevaleçam, tornando aquela que exija mudanças, sujeita a punições severas, pagando muitas vezes com a própria vida.

Porém, apesar de ser um problema social já enraizado na mente de muitas famílias, ainda há tempo para mudanças, por isso, com muita luta foram conseguidos direitos que asseguram a proteção a essas mulheres que sofrem algum tipo de violência doméstica. Cabendo a ela apenas denunciar e seguir com o processo.

Em seguida discutimos um dos principais pontos apresentado nessa dissertação, que é a abordagem da mídia nos casos de violência contra a mulher. Como os jornais são os principais meios de propagação dessa temática, cabe ressaltar a responsabilidade dos mesmos ao redigir uma matéria de violência doméstica. Acontece que muitos jornalistas não conhecem ou não entendem essa responsabilidade e acabam tornando os casos banais, através da construção da narrativa, com uma abordagem sensacionalista, factual, superficial, ou com uma imagem objetificada da imagem da mulher. Mostrando os fatos apenas como mais um número nas estatísticas que aumenta a cada dia.

Desta maneira, a questão da produção jornalística é de suma importância no papel da mídia na construção dos fatos, narrando os fatos com objetividade veracidade da informação, mostrando não somente um ou dois lado da história, como também todos os lados de um acontecimento. Para isso é preciso ir além das informações extraídas de sites, mas é preciso ir a campo entrevistar as mais diversas fontes, ouvir, observar os fatos, para que não seja publicada uma matéria tendenciosa ou rala de informações. Ressaltando a importância de sempre checar a veracidade dos depoimentos antes de publicar a matéria.

O Jornal do Tocantins, por ser um jornal tradicional para a população tocantinense, tem maior visibilidade de leitores. Atendeu a estimativa no total de matérias

abordando a temática nos 3 meses de recorte para análise, sendo, janeiro, fevereiro e março de 2017, este último escolhido devido ser o mês onde se comemora o dia 8 de Março, Dia Internacional da mulher.

Quanto aos objetivos proposto nessa dissertação, em realizar uma reflexão de como a mulher é retratada midiaticamente na cobertura das matérias jornalísticas, no jornal impresso do Jornal do Tocantins, nas edições dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017. Conforme as leituras das literaturas e teorias estudadas para melhor entender sobre a temática, juntamente com a leitura aprofundada e reflexiva do corpus da pesquisa, foram encontradas matérias nas quais permitiram realizar 3 tipos de análises que diagnosticassem os principais fatores da representação e abordagem do tema violência contra mulher no jornal analisado.

As análises por categorização nos permitiram identificar, isolar os elementos e classificá-los conforme sua estrutura, dentro de cada grupo de matérias dos 3 tipos de análises proposto (BARDIN, 1977).

Através do primeiro tipo de análise, a “análise de conteúdo”, nos permitiu identificar que as abordagens de maior frequência e relevância foram as da categoria de “políticas públicas de combate”, ou seja, os textos publicados continham conteúdo que expressavam formas que auxiliavam no combate a violência contra a mulher. Todavia, muitos textos eram construídos de forma superficial, não informavam os nomes das vítimas, dos agressores, não tinham entrevistas com pessoas envolvidas para ajudar na objetividade da informação. Em apenas 1 das 31 matérias analisadas foi utilizado o termo feminicídio, o qual é específico para os casos de assassinatos por violência doméstica. O que é considerado pouco, devido a importância de seu uso para identificar que muitas mortes de mulheres não se trata apenas de um homicídio ou um homicídio duplo qualificado, mas que esses assassinatos foram cometidos tão-somente

Na análise de vozes, foi apontado quais foram agentes da sociedade que foram mais procurados para contribuir na composição da matéria. Nas matérias avaliadas as categorias “testemunhal” e “institucional” tiveram o mesmo valor diante da procura dos jornalistas, devido a temática e muitas abordagens de tratar de políticas públicas, e não de casos ocorridos na sociedade. Por esse motivo, muitos representantes de instituições foram procurados para passar dados dos casos de violência e informações dos meios que as mulheres devem procurar e de seus direitos constituídos por lei.

Já a “análise do problema de pesquisa” identificou-se o principal objetivo dessa dissertação. A qual os resultados responderam a problemática se a mídia trata a mulher como

culpada ou não, pela violência que ela sofre. Conforme os dados apresentados, a maioria das matérias do período analisado no Jornal do Tocantins, não atribuiu a culpa à mulher pela violência cometida contra ela. Entretanto, encontramos numa parte dos textos, frases que enquadravam as mulheres como culpadas.

Nesse contexto, sugere-se que o jornalista deve ir muito além de passar a informação ao seu público, mas como um meio de comunicação formador de opinião, deve exercer sua função como agente importante de políticas públicas, criando meios e gerando debates que geram conscientização ao combate da violência contra a mulher. Influenciando de maneira positiva no incentivo e encorajamento às denúncias.

Conclui-se que o Jornal do Tocantins tem um espaço significativo onde há publicações do tema, e embora ter encontrado matérias que não estavam de acordo com as necessidades da temática analisada, nas abordagens a mulher não é mencionada como culpada, cabendo ao veículo apenas, realizar alguns ajustes quanto a construção da narrativa.

REFERÊNCIAS

Miranda, Cynthia Mara ; Veloso dos Santos, Cleide das Graças ; Anjos, Ana Carolina Costa dos: Silenciadas: Abordagem de notícias sobre mulheres assassinadas no Tocantins. In: Aturá - Revista Pan-Amazônica de comunicação 1 (2017), 1, pp. 70-89. URN: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-52777-3>

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai Sangue: Um estudo do sensacionalismo na Imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição (1994). **Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar A Violência Contra A Mulher**. Belém, Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. Constituição (2006). **Lei Nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006**. [S. L.], Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas Públicas Para Mulheres. **Balanco 2015 do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher (SPM, 2016)**. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/pesquisas/balanco-2015-do-ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher-spm-2016/>. Acesso em: 26 out. 2017.

BRASIL. Constituição (2015). **Lei Nº 13.104, de 9 de Março de 2015**. [S. L.], Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 24 out. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão: A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>. Acesso em: 24 out. 2017.

CHAISE, Maria Joana. O sensacionalismo e a dependência do jornalismo ao mercado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUL, 8., 2007, Passo Fundo. **Artigo**. Passo Fundo: Intercom, 2007. p. 1 - 15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0618-1.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017.

CHAISE, Maria Joana. O sensacionalismo e a dependência do jornalismo ao mercado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUL, 8., 2007, Passo Fundo. **Anais....** [s. L.]: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/>>. Acesso em: 29 out. 2017.

COSTA, Luiz Armando. **Jornal do Tocantins: 37 anos de resistência às crises financeiras. Quase uma religião para manter a perspectiva visionária de Seu Jaime.** Disponível em: [http://luizarmandocosta.com.br/noticia/jornal-do-tocantins-37-anos-deresistencia- as-criises-financeiras-quase-uma-religiao-para-manter-aperspectiva- visionaria-de-seu-jaime/8763](http://luizarmandocosta.com.br/noticia/jornal-do-tocantins-37-anos-deresistencia-as-criises-financeiras-quase-uma-religiao-para-manter-aperspectiva-visionaria-de-seu-jaime/8763). Acesso em: 20 de novem. 2017.

LOURENÇO, Ana Carolina Silva; ARTEMENKO, Natália Pereira; BRAGAGLIA, Ana Paula. A “objetificação” feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 19., 2014, Vila Velha. **Anais....** Niterói: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-1169-2.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017

MÉLEM, Viviane de Nazaré de Oliveira. JORNALISMO POLICIAL: Uma Análise dos Critérios de Noticiabilidade do Caderno Polícia, do Jornal Diário do Pará. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, Belém, v. 1, n. 1, p.26-50, jan. 2011. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/puca/article/view/94/91>>. Acesso em: 30 out. 2017

MIRANDA, Cynthia Mara. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA MÍDIA E OS DESCAMINHOS DA IGUALDADE ENTRE OS GÊNEROS. **Revista Observatório**, [s. L.], v. 3, n. 6, p.1-20, out. 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/. /4163/11647>>. Acesso em: 11 out. 2017.

MIRANDA, Cynthia Mara; NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. A Cobertura da violência contra a mulher no Jornal do Tocantins. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson et al. **COMUNICAÇÃO, ENSINO E TECNOLOGIA: Experiências e discussões pertinentes à formação do profissional.** Porto Alegre: Fi, 2017. p. 125-145.

NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana; PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Reflexões sobre gênero, violência e mídia. In: PORTO JUNIOR, Gilson; ANJOS, Ana Carolina Costa dos. **DISCURSO MIDIÁTICO: Poder, violência e cultura.** Porto Alegre: Fi, 2016. p. 156-174.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo Policial: Indústria Cultural e Violência**. 2013. 206 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SINÉSIO, Valéria; MOURA, Sandra. Casos policiais: para um jornalismo além do boletim de ocorrência. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 13., 2015, Campo Grande. **Anais....** [s. L.]: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2015. p. 1 - 14.

SOUZA, T. M. C.; OLIVEIRA, S. C.; CARVALHO, L. G. de. A IMPRENSA FRENTE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: o caso do jornal “O Popular”. **Feminino**, Uberlândia, v. 29, n. 1, p.225-276, jan. 2016.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **FONTES DE NOTÍCIAS: Ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

PATIAS, Jaime Carlos. O telejornal sensacionalista, a violência e o sagrado. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais.....** [s. L.]: Núcleo de Pesquisa de Comunicação Audiovisual - Intercom, 2006. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “tó i”**. Lisboa: Veja, 1993. p. 74-90.